



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 471 - DE 23 DE FEVEREIRO A 8 DE MARÇO DE 2014 - R\$ 3,00

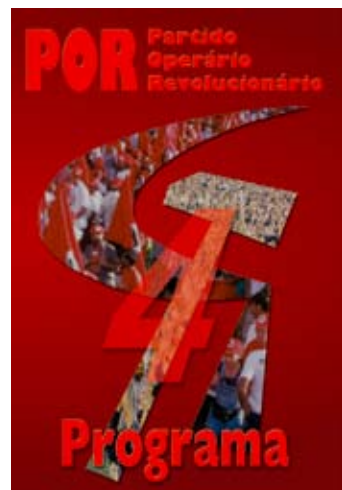


Por um movimento unitário da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida contra o avanço repressivo da burguesia e de seus governos

Ucrânia: o proletariado deve se emancipar das posições pró-imperialistas e nacionalistas para dirigir a maioria oprimida sob a estratégia da constituição de um governo operário e camponês

**Realizado o
XII Congresso
do POR da
Argentina**

**Adquira o
Programa do POR,
atualizado no XII
Congresso,
janeiro de 2014**



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Por um movimento unitário da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida contra o avanço repressivo da burguesia e de seus governos

Desde as manifestações de junho do ano passado, assistimos a uma ofensiva do Estado contra as liberdades políticas. Esta se mostrou nas ruas com a intervenção da polícia militar e da Força Nacional de Segurança Pública. Um aparato de guerra se interpõe entre as massas e os governos.

Ocorre que o descontentamento popular desemboca nas ruas. As reivindicações contra a pobreza, a miséria e a brutal repressão da polícia estão sendo defendidas pela ação direta das massas. Não há mobilização que não termine com o ataque da tropa de choque aos manifestantes.

O governo diz que o direito de manifestação está garantido. No entanto, recorre imediatamente à polícia para cercar e golpear os atos e as passeatas.

A intervenção ostensiva do aparato repressivo e a aplicação dos métodos de violência estatal expõem o caráter policial do Estado burguês. Está aí por que a burguesia pressiona o Parlamento e os executivos a recrudescerem as leis antioperárias e antipopulares. Uma das exigências é a de que os manifestantes não podem usar máscaras. Ocorre que as ruas estão repletas de câmeras, voltadas ao controle social. O Estado policial identifica cada uma das correntes políticas, de suas lideranças e dos manifestantes em geral. A vigilância das ruas está a serviço da polícia e do judiciário contra as manifestações.

É inevitável que o movimento de massa se choque com o cerco policial. Não existe liberdade real dos explorados exercerem sua soberania nas ruas. A polícia tem o monopólio da violência. Os manifestantes não podem reagir a esse monopólio segundo as leis que protegem os interesses econômicos e políticos dos exploradores. No entanto, os oprimidos, quando ganham as ruas, agem como uma força contrária ao direito burguês e aos seus aparatos repressivos.

As câmeras estão ali como olhos da ditadura de classe da burguesia. Está aí por que uma parcela dos ativistas se oculta com as máscaras. Proibi-las é uma medida contrária ao direito político de se defender contra o Estado policial. É preciso que se diga que o governo do PT está promovendo essa lei maldita, apoiado pela oposição (PSDB, DEM, etc.).

Devido à Copa do Mundo e ao movimento de denúncia do seu caráter capitalista perdulário, no Senado se anunciou que o Projeto de Lei Antiterrorismo será votado em caráter de urgência. Essa medida é uma imposição internacional dos Estados Unidos. Os governos do Chile e da Argentina já a adotaram.

No momento em que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, se utiliza da situação em que as manifestações ganham as ruas, evidencia-se o caráter servil do governo do PT diante do imperialismo. Sua ação está voltada a reduzir ainda mais os direitos democráticos. Trata-se justamente dos direitos democráticos dos explorados de se manifestarem com seus próprios métodos contra a pobreza, a fome e a violência policial.

Quando se trata de direitos democráticos dos explorados, estes são considerados violadores do direito burguês de exploração do

trabalho e de imposição de toda sorte de opressão. A bandeira de nenhuma intervenção policial contra as manifestações expressa o verdadeiro direito democrático.

Os brutais conflitos que geram a intervenção policial com suas armas retratam os limites impostos pelo Estado ao direito dos explorados de se defenderem. A ofensiva de novas leis é consequência da polarização entre a gigantesca riqueza acumulada, em um pólo, e a gigantesca miséria, no outro. É consequência da polarização da luta de classes que está em curso.

O Estado e seus governos não podem atender as reivindicações mais elementares como as da saúde, educação, moradia, transporte, fim da violência policial nos bairros, etc. Estão a serviço da proteção do grande capital e da administração da crise estrutural do capitalismo.

É preciso que os explorados atentem ainda para a pior de todas as leis, que é a enorme restrição ao direito de greve. Pode-se dizer que o Brasil está perto de abolir o direito de greve, tantos são os obstáculos para o seu exercício. O avanço da legislação restritiva às greves se deve à adaptação da burocracia sindical à exploração do trabalho e à política de estatização dos sindicatos.

É visível o conjunto de leis que elimina os direitos elementares de manifestação, de greve e de expressão. É necessário que a classe operária e sua vanguarda reajam contra a ofensiva de controle policial e judicial do Estado sobre os movimentos. É preciso que se constitua uma frente única política e sindical pela derrubada de todas as leis antidemocráticas, antioperárias e antipopulares.

Há fatos que mostram a urgência dessa unidade classista. O mais recente foi a prisão de dois jovens, que involuntária e supostamente causaram a morte do cinegrafista na manifestação do Rio de Janeiro. É preciso acusar a polícia e defender a sua imediata libertação. É preciso exigir uma apuração independente sobre a violência policial que por pouco não causou a morte do jovem Fabrício na manifestação de 25 de janeiro em São Paulo. É preciso derrubar os processos criminais que atingem manifestantes, que desde junho vêm sendo selecionados pela polícia para servir de exemplos. É preciso acabar com os processos contra estudantes da USP, Unifesp, Unicamp e Unesp, cujo crime foi o de lutar pelo ensino público e pela autonomia universitária.

A situação, como se vê, exige uma campanha nacional pelas liberdades democráticas e pelo fim das prisões e perseguições políticas. O movimento deve se colocar pela constituição de um Tribunal Popular, que expresse a luta dos explorados e que seja um verdadeiro organismo da democracia operária.

Abaixo as leis repressivas! Nenhuma intervenção da polícia nas manifestações! Desmantelamento de todo aparato repressivo! Libertação dos jovens presos no Rio de Janeiro! Fim de todos os processos contra os manifestantes! Pelo direito irrestrito de greve! Não à lei antiterrorista! Não à lei contra o direito de uso das máscaras nas manifestações! Por um Tribunal Popular

Congresso Nacional se apressa a votar leis antiterroristas, a mando dos Estados Unidos

Os parlamentares não fazem outra coisa senão apressar a votação do PLS 499, que institui penas severas aos manifestantes que desafiam a ordem burguesa, que protege a propriedade privada e assegura os festejos da Copa do Mundo. Mas, o que não faltam no Congresso Nacional são projetos de lei dessa natureza. Basta que lembremos do PLS 728 de 2011, que tem o mesmo conteúdo do PLS 499, de 2013.

O senador petista Paulo Paim chegou a desistir da manobra parlamentar para adiar a votação do PLS. O requerimento, que pedia análise à Comissão de Direitos Humanos, foi arquivado. Jorge Viana, também do PT, não se cansa de professar por leis mais duras contra o que qualifica de crime de terrorismo, aproveitando a morte do cinegrafista. O presidente do Senado, o peemedebista Renan Calheiros, conhecido pelos crimes de corrupção, corre contra o tempo para munir o Estado de mais leis para que as punições sejam exemplares. Conclamou os parlamentares a votar o PLS, dizendo: “não podemos passar para a sociedade que o crime compensa”.

Outros discursam de que no Brasil há um “vazio” no que se refere à punição para atos tipificados como contra a Segurança Nacional. Falso! O que não falta na legislação brasileira são medidas punitivas às ações dos explorados. A Lei de Segurança Nacional, da época da ditadura militar,

se mantém viva. A Constituição de 1988 mantém a legitimidade de medidas como a “prática de sabotagem às instalações militares, aos meios de comunicação, meios e vias de transporte, portos, aeroportos, etc.”, com penalidade de até 10 anos. O Código Penal Brasileiro e o Código de Processo Penal são leis ditatoriais, que vêm do “Estado Novo”, ditadura varguista. Estão, também, em pleno vigor. Desgraçadamente, os dez anos do governo do PT não modificaram essa legislação ditatorial contra as massas oprimidas. Ao contrário, administra o Estado com a força da legislação autoritária, expressão da ditadura de classe da burguesia.

Agora, o Congresso Nacional não faz senão legislar em favor do aumento das punições. Está aí o PLS 499, que prevê pena de 15 a 30 anos para manifestantes considerados terroristas e acima de 24 anos de prisão, no caso de ocorrer morte nos protestos.

Com a agudização da crise econômica mundial e seus efeitos no País, as massas ganharam as ruas. Conter a radicalidade com que ganharam as manifestações de junho do ano passado é a tarefa do Congresso Nacional.

Há uma unidade da burguesia e de seus partidos para na aprovação do PLS. Por cima do Congresso Nacional, estão as mãos dos Estados Unidos, que há muito exigem do governo brasileiro a adoção de “leis antiterroristas”.

Desmilitarização da Polícia Militar (PM)?

A violência crescente da polícia militar nos bairros pobres e os ataques às manifestações populares têm colocado em discussão qual é a bandeira que os explorados devem levantar. O PSTU e o PSOL defendem a “desmilitarização da PM”.

No panfleto “Reforçar a unidade para fortalecer a luta”, distribuído nos atos contra a Copa Mundo, assinado pela Conlutas e outras organizações, se formula: “Basta de violência, repressão e criminalização das lutas sociais! Desmilitarização da PM! Arquivamento de todos os inquéritos e processos contra movimentos sociais e ativistas! Liberdade imediata para todos os presos! Revogação das leis que criminalizam a luta dos trabalhadores e da juventude! Ditadura nunca mais!”

O conjunto dessas reivindicações responde ao avanço repressivo do Estado burguês. É preciso pôr fim às prisões, inquéritos e processos que se multiplicaram com as lutas estudantis e com os protestos de rua. Deve-se também lutar pela derrubada das leis antidemocráticas. Mas a bandeira de **desmilitarização da PM** é uma falsa resposta à violência policial contra as massas.

Na reunião da Apeoesp da regional da Lapa, o PSTU e PSOL propuseram que se votasse essa bandeira. O que permitiu uma discussão de conteúdo estratégico. O POR (Partido Operário Revolucionário) a rejeitou. Propôs que o movimento tivesse por bandeira o **desmantelamento da PM e de todo o aparato repressivo**.

A polêmica se ascendeu. Evidenciou duas linhas distintas. O PSTU procurou argumentar que não eram opostas. Segundo

os proponentes da desmilitarização, se tratava apenas de uma questão tática. Explicou que as fileiras da PM não são homogêneas. E que entre elas há uma parte dos policiais – citou o exemplo da greve dos bombeiros – que aceitaria a bandeira da desmilitarização.

O que seria desmilitarizar? Segundo o seu defensor, implicaria destituir a polícia de armas letais. A ideia de uma polícia desarmada é um ideal dos pacifistas.

Não é de hoje que existe um setor da pequena burguesia e de clericais que aspira a **democratização da PM**. Justifica a tese de constituição de uma polícia democrática em substituição à PM, uma vez que essa é criatura da ditadura militar. É certo que a ditadura forjou um aparato especial voltado a controlar a vida social e a combater o movimento das massas. Mas assim procedeu em função das necessidades da classe burguesa de defender seu regime de exploração do trabalho. O fato dos governos ditos democráticos terem mantido essa instituição da ditadura militar mostra que o fundamental de sua criação reside precisamente nas necessidades da burguesia. Basta ver que o governo Lula criou a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), nos moldes militares. Devemos dizer: **desmantelamento da FNSP** (e não desmilitarização da FNSP). O silêncio de sindicalistas e de boa parte da esquerda diante da formação deste poderoso aparato de intervenção do Estado na luta de classes foi sintomático. O reformismo humanitarista se encolheu diante do governo de Lula.

Agora, o PSTU e o PSOL se unem em torno da bandeira de

democratização da polícia, ou seja, de desmilitarização. Quem vai desarmar a polícia? Quem vai modificar seu caráter militar? A esperança dos reformistas é de que o Estado o faça. Que se alcance a compatibilização entre o regime burguês democrático e seu aparato repressivo. Esse é o conteúdo que rege a bandeira de uma polícia desmilitarizada.

É evidente que seus defensores não o exponham com essa clareza. É falsa a explicação do PSTU de que está pelo desmantelamento, mas que agora taticamente o que se coloca é a desmilitarização. A desmilitarização não reflete uma tática e sim uma estratégia. As bandeiras democráticas voltadas ao exército e à polícia devem estar subordinadas ao objetivo final de destruição do Estado burguês e, portanto, de seu braço armado. A bandeira de desmilitarização não vai além da defesa de uma reforma da PM por meio da própria democracia burguesa e por métodos compatíveis com a permanência do aparato repressivo e do próprio Estado.

Distinta são as bandeiras da democracia política e sindical: direito irrestrito dos policiais se utilizarem da greve em defesa de seus salários, contra as arbitrariedades, etc., direito de se reunirem em assembleias, direito de se associarem, direito de elegerem os comandantes e controlá-los por meio da revogabilidade do mandato, direito de terem publicações, etc. Essas bandeiras expressam as contradições que emanam da sociedade dividida em classes e da necessidade do Estado manejar instrumentos autoritários. Impulsionam a luta dos explorados pela destruição dos braços armados da burguesia. As bandeiras democráticas,

assim, estão subordinadas à estratégia revolucionária do proletariado.

É preciso ter claro que as reivindicações democráticas dirigidas ao aparato repressivo da burguesia se condicionam à política militar do proletariado. Em sua essência, consiste em criar as condições para o armamento popular, como instrumento da luta insurrecional pela tomada do poder.

Os reformistas a desprezam ou a rechaçam. Apoiam-se no argumento de que o que se pode fazer é democratizar a PM, desmilitarizando-a e colocando-a sob o controle civil. O que parece tão concreto – segundo o critério de viabilidade manejado por aquele que não atua sob a estratégia revolucionária – na realidade é utópico. Acabam agarrados ao velho e reacionário pacifismo.

O capitalismo está em decomposição. Não tem outra via para se manter senão recorrer à barbárie contra as massas. O seu braço armado é empurrado a se militarizar. Deve estar pronto para a guerra civil. A política do proletariado se fundamenta nesta constatação.

É preciso mostrar por meio da experiência o caráter de classe da violência policial e da estrutura militar que lhe corresponde. A fantasia da desmilitarização obscurece, desvia e retarda a compreensão dos oprimidos quanto à tarefa de se armar e de destruir os instrumentos da ditadura de classe da burguesia.

O POR defende que o movimento rejeite a bandeira da **desmilitarização** e assuma a do **desmantelamento da PM e de todo aparato repressivo que serve à burguesia**.

O pacifismo do PSOL diante do avanço da repressão

A morte do cinegrafista Santiago Andrade, com as declarações que se seguiram a partir das esquerdas, trouxe à tona concepções políticas acerca da violência e dos métodos de luta. O PSOL, em particular, apresentou seu posicionamento, pressionado pela campanha da mídia. Acusações, como de um suposto envolvimento de Marcelo Freixo, tiveram de ser desmentidas. Diante dos grandes acontecimentos é que se colocam à prova as organizações políticas.

Eis um trecho da nota divulgada: *“O PSOL não utiliza nem defende o uso de atos de violência como método e prática política nas manifestações, bem como nunca manteve qualquer contato com os acusados de participação nesta tragédia. O Partido, consternado com a morte do cinegrafista, transmite irrestrita solidariedade à família, amigos, colegas de trabalho e profissão de Santiago Ilídio de Andrade, exigindo uma investigação séria que responsabilize todos os envolvidos”*.

Colocada assim a questão, o PSOL se posiciona por princípio pelo pacifismo. Com uma canetada, transforma os “atos de violência” numa opção, esvaziando seu conteúdo histórico e de classe. E vai além, instrumentaliza essa formulação para condenar os jovens envolvidos no caso. Diante da tremenda campanha da burguesia pela criminalização dos movimentos sociais, que usa a trágica morte de Santiago como pretexto, realiza uma concessão inadmissível, situando-se lado a lado com setores dos mais reacionários a favor da punição aos “criminosos”.

Luciana Genro tentou remendar a posição, denunciando a criminalização dos movimentos, especialmente devido à

proposta de lei antiterror. Diz assim: *“Os Black Bloc não são terroristas. São jovens perdidos politicamente e que tentam manifestar indignação, mas o fazem de uma maneira que ajuda a direita e a repressão”*. Foge da questão fundamental de se opor terminantemente à prisão e ao processo criminal contra Fabio Raposo e Caio Toledo. Do ponto de vista tático, apresenta a velha concepção de que não se pode “assustar” a classe dominante, pois isto daria elementos para a contraofensiva da direita. Ou seja, defende o pacifismo das manifestações, não por acaso tão elogiadas pelos meios de comunicação, em oposição à ação dos “vândalos”.

Marcelo Freixo também se pronunciou acerca da questão: *“Houve uma escalada da violência de todos os lados, do Estado e de parte dos manifestantes. Uma coisa é explosão de revolta e indignação. Outra coisa é quando a violência vira método. Isso trouxe enorme prejuízo para a democracia, afastou as massas e o debate ficou secundário. O PSOL e a esquerda em geral reagiram, no mínimo, de forma tímida”*.

O parlamentar do PSOL iguala a violência do Estado e a dos manifestantes, como se tivessem o mesmo teor. Parece abrir uma exceção apenas quando a violência se manifesta de forma espontânea. Assim, romantiza o espontaneísmo e comete o mesmo erro de Luciana Genro, ao pressupor que as ações radicalizadas afastam as massas e fortalecem os argumentos direitistas. A menção à timidez da reação de seu partido tem óbvia relação com o receio de uma mácula na imagem da legenda em ano eleitoral.

Nesse ponto se encontra a raiz do método defendido pelo

PSOL: sua estratégia reformista, de tomada do poder pela via eleitoral, se coloca na prática contra a violência revolucionária das massas. Admite a violência instintiva como uma etapa a ser superada tão logo se fortaleça a “democracia”. Assim, ignora que o Estado burguês mais democrático nada mais é do que uma forma da ditadura de classe capitalista.

Lênin ensinava, em 1918, que *“em qualquer revolução profunda, a regra é que os exploradores, que durante uma série de anos conservam sobre os explorados grandes vantagens de fato, opõem uma resistência prolongada, obstinada e desesperada. Nunca [...] os exploradores se submetem à decisão da maioria dos explorados antes de terem posto à prova a sua superioridade numa desesperada batalha final, numa série de batalhas”*.

A violência revolucionária é consequência da luta de

classes. Impõe-se como necessidade histórica na luta pelo socialismo e possui conteúdo oposto à violência praticada pela burguesia e seu Estado. É preciso distinguir a violência revolucionária das massas da violência contrarrevolucionária do Estado burguês. Se não concordamos com as ações individuais, descoladas das massas (como é o caso dos Black Bloc), contudo nunca as condenamos, ainda mais quando tal posicionamento possa servir de instrumento para a repressão dos movimentos dos explorados.

O POR tem atuado nos movimentos defendendo o método da ação direta, levantando as bandeiras de defesa da vida das massas, colocando sempre a necessidade de construir o partido revolucionário enraizado nas massas com seu programa.

Bahia - os governos Jaques Wagner e Dilma Rousseff (PT) reprimem violentamente os Tupinambás

Reforço do agronegócio e do latifúndio

Não é novidade o fato do Governo Lula e Dilma Rousseff (PT) terem nos últimos 11 anos reforçado o poder dos latifundiários, facilitado o avanço do agronegócio e a desnacionalização das terras no país. A imagem da presidente Dilma dirigindo uma colheitadeira da New Holland em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, em celebração à vitória do agronegócio no Brasil, expressa toda uma política. Os dados fornecidos pelos próprios órgãos governamentais indicam claramente que o capital financeiro e os monopólios avançam no campo e, com eles, a expulsão dos camponeses e indígenas de suas terras.



Dados indicam que 85% das melhores terras do país são utilizadas para a produção de soja, milho, pasto e cana de açúcar. Significa que estão sob o controle do agronegócio e dos grandes proprietários de terras. 85% de todo o valor da produção agropecuária é controlada por apenas 10% dos proprietários rurais, que detêm áreas acima de 500 hectares. Por outro lado, há 4 milhões de famílias pobres no campo, que dependem do Bolsa Família para não morrer de fome. São dados reconhecidos e divulgados pelo próprio Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em seus documentos.

Violência contra os indígenas cresce no país

Mas não só os camponeses pobres e sem-terra sofrem com o avanço do agronegócio e o reforço do latifúndio. Os indígenas são igualmente atingidos, pressionados permanentemente pelo crescimento do poder econômico das multinacionais, do capital financeiro e a preservação do latifúndio. Grileiros e madeireiros também agredem sistematicamente os povos indíge-

nas não só na Região Amazônica, mas em todos os lugares em que os indígenas continuam a resistir.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) tem mostrado o crescimento da violência contra as comunidades indígenas, através de ameaças, homicídios, tentativas de assassinatos e lesões corporais. De 2003 a 2013, ocorreram 563 assassinatos de índios no país e só em 2012 a violência aumentou 237%. Mato Grosso do Sul, Maranhão e Bahia compõem como os Estados em que ocorre mais violência contra os índios. O governo Dilma, por sua vez, decretou a paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas no país, em benefício do agronegócio.

Os Tupinambás na Bahia reprimidos pela polícia, Força Nacional e Exército

Na Bahia não é diferente. Tal como ocorreu com o governo federal de Lula e Dilma, os dois mandatos do governador Jaques Wagner (PT) foram marcados pelo reforço do poder econômico do agronegócio e do latifúndio, em desfavor do movimento camponês (MST) e dos indígenas. O agronegócio responde por ¼ da economia da Bahia, em torno de 30,8 bilhões, e por 37% das exportações do Estado. Avança principalmente no Oeste baiano, Vale do São Francisco e extremo sul, abrangendo a produção de soja, fruticultura, mamona, pecuária de corte, grãos, entre outros produtos para exportação.

O caso dos Tupinambás é exemplar. Desde 2004, os Tupinambás reocuparam terras que lhes foram tomadas e esperam uma resposta do governo federal sobre o reconhecimento e a demarcação de suas terras nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, no sul da Bahia.



A comunidade indígena (cerca de 4.700 índios) vive sob a pressão do latifúndio, do agronegócio e dos governos estadual e federal, em situação precária e de extrema pobreza. Os indígenas foram alvos não só de emboscadas, mas também da violência policial, com prisões ilegais de lideranças e tortura, além do emprego de armas letais contra os índios. Em agosto de 2013, a Força Nacional de Segurança foi acionada pelo Ministro José Eduardo Cardozo para reprimir os indígenas. Em 8 de novembro de 2013, três tupinambás foram barbaramente assassinados em emboscada. O deputado federal Geraldo Simões (PT) tem incitado a violência contra os indígenas na região, cobrando do Ministério da Justiça maior repressão.



Como se não bastasse a repressão e a violência desfechada pela polícia e pela Força Nacional de Segurança (criada pelo governo Lula), a presidente Dilma autorizou a intervenção do exército, com 524 homens, que terá poder de polícia, supostamente como Garantia da Lei e da Ordem. A intervenção foi requisitada pelo governador Jaques Wagner. Essa realidade mostra claramente o fracasso das promessas do PT de avançar a reforma agrária e demarcar as terras indígenas. O Estado e os governos burgueses, na decomposição do capitalismo em sua fase imperialista, não realizará a aspiração camponesa de acesso à terra (reforma agrária), nem garantirá terra ou reconhecerá o direito à autodeterminação das nacionalidades indígenas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) se coloca na trincheira de luta do campesinato e dos indígenas pela terra contra a violência dos governos estadual e federal petistas. Defende que apenas por meio da organização, mobilização e luta é possível arrancar as reivindicações, sem nenhuma confiança no parlamento, no Ministério da Justiça ou no judiciário. Apenas um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária, será capaz de expropriar o grande latifúndio e o agronegócio e garantir o acesso pleno à terra aos camponeses e indígenas, além da nacionalização e coletivização da agroindústria.

Primeiros sinais da economia em 2014 frustram previsões otimistas da burguesia: a crise avança

Os dados sobre a economia brasileira e mundial têm contrariado as previsões otimistas dos economistas burgueses quanto a uma suposta recuperação sobre a crise.

Os Estados Unidos, maior economia mundial e base para as previsões de retomada, tiveram em janeiro uma retração de 0,3%, enquanto o que se previa era um avanço nesse mesmo valor. A China rebaixou sua expectativa de crescimento em mais 0,5% e retirou cerca de 8 bilhões de dólares de circulação em seu mercado interno, contaminando as bolsas europeias, que estagnaram apesar do circunstancial crescimento do final do ano (que compensou parte das perdas dos meses anteriores). A Alemanha teve uma redução substancial no seu índice de expectativa econômica.

O Brasil registrou uma queda na produção em dezembro. O índice de atividade econômica caiu 1,35%. A atividade industrial caiu 3,5%. O PIB caiu 0,17% no quarto trimestre, normalmente aquecido pelo aumento do consumo de final de ano. A retração na produção se concentrou nos estados mais industrializados (S. Paulo, -5,5%). Estados e regiões mais ligados ao agronegócio recuaram menos ou avançaram (Goiás, +8%).

O desemprego também aumentou. Apenas a construção e o funcionalismo registraram crescimento das vagas em um ano. Até o comércio teve redução do número de empregos. Redução esta mais acentuada no último mês (2,3%). São Paulo teve o maior aumento do desemprego num mês: de 4,4% para 5%. O número de vagas abertas caiu de 75 mil há um ano para cerca de 30 mil agora. Em 11 dos 14 estados pesquisados pelo IBGE, houve recuo do número de ocupados, principalmente em Per-

nambuco (6,4%) e Bahia (5,6%). Setorialmente, em 11 dos 18 setores investigados, o emprego industrial apresentou retração em 2013. Os ramos que mais puxaram a alta do desemprego foram: produtos da indústria de transformação (4,1%), calçados e couro (5,3%).

Os salários se mantiveram estagnados, o que significa que foram corroídos pela inflação. De R\$ 1.915 em janeiro de 2013, o salário médio passou a R\$ 1.983 em janeiro de 2014 (3,5% de aumento, metade do aumento dos preços).

O governo reduziu a expectativa de crescimento da economia de 3,8% para 2,5% em 2014. O banco Itaú, provavelmente mais perto da realidade, reduziu sua expectativa de 1,8% para 1,4%.

Sob a pressão dos credores da dívida pública, o governo anunciou cortes de gastos num total de 44 bilhões de reais em investimentos. Apenas os ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Ciência e Tecnologia ficaram de fora. Só nas obras do PAC, serão cortados 7 bilhões. O aperto nos gastos pressiona o Banco Central a limitar a alta dos juros para conter a inflação. Mas aprofunda as consequências de freio geral na atividade econômica do país, dado o peso do investimento estatal na economia.

Quais são as tendências?

Algumas semanas após o anúncio de que a economia do Brasil deveria superar a crise e avançar, discute-se a ameaça de o país mergulhar na chamada recessão técnica (dois semestres seguidos de taxas negativas). Alteram-se as previsões de cres-

cimento econômico para baixo. Cortam-se gastos públicos. Na economia mundial, os dados também não indicam crescimento. Tudo isso aponta para um agravamento da crise, não para sua superação.

A concentração da retração econômica nos estados mais industrializados reforça que a indústria ocupa o centro da crise econômica. Imediatamente, a classe operária tende a sofrer com mais dureza os efeitos da crise, com arrocho salarial e demissões. Mas a crise tem contaminado os demais setores, e isso tem se manifestado no principal sustentáculo do emprego no Brasil, o comércio. A construção civil, que sustenta índice geral positivo, já apresenta variações mensais negativas, compensadas circunstancialmente no mês seguinte. O emprego em geral tem mantido índices positivos, mas despencando. A economia brasileira está próxima de um ponto em que se passará aos índices negativos de emprego em geral. As regiões menos desenvolvidas já sofrem com índices de desemprego altos.

O fato de estados, onde o agronegócio tem mais peso, estarem menos sujeitos à atual crise não os exime no futuro. A retração mundial do comércio de matérias-primas, em especial da China, tende a afetar os setores de produção das chamadas commodities.

O governo responde aos acontecimentos econômicos e às

O “Laço Branco”: campanha da burocracia contra a violência sobre as mulheres

O fato de 900 mil mulheres terem sido assassinadas, nos últimos 34 anos por seus companheiros, é assustador. Diante desse dado estarrecedor, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC resolveu pôr em prática a campanha pacifista do “Laço Branco”.

De onde vem o “Laço Branco”? A burocracia sindical explica que se trata de uma ação que surgiu no Canadá, depois do assassinato de 14 mulheres do curso de Engenharia Mecânica de Montreal. Nessa ocasião, 6 de dezembro de 1989, os rapazes começaram a usar um laço branco contra a violência. A partir daí, a ONU tomou para si a inofensiva campanha e a espalhou pelo mundo.

Agora, o “Laço Branco” chegou às fábricas do ABC. Os burocratas da CUT, da FEM-CUT e dos Comitês Sindicais de Empresas passaram a percorrer as fábricas para “conscientizar” os homens da violência que as mulheres sofrem diariamente. Em cada operário é fixado o “laço Branco”, simbolizando a paz entre homens e mulheres. Veja a que ponto chega uma burocracia sindical colaboracionista. Veja a que ponto se encontra

pressões com medidas paliativas, que vão por sua vez aumentando o potencial explosivo da crise. Aumenta com elas a dependência da economia nacional dos movimentos do comércio mundial. Bastará que os EUA não mostrem sinais de recuperação econômica por mais um ou dois meses para que as tendências recessivas gerais retomem seu ímpeto no mundo todo e afetem mais profundamente o Brasil.

Os explorados têm de se preparar

A alta do custo de vida, que tem sido sentida pelos assalariados, a situação dos serviços sociais públicos (saúde, educação), a falta de moradia, o custo e deterioração dos transportes públicos, a mortandade dos oprimidos nas periferias, favelas, ocupações de terras e áreas indígenas, a todas essas questões será agora somado o problema do emprego.

As reivindicações mais sentidas pelas massas as chocam contra a necessidade do governo e dos capitalistas de jogarem sobre os explorados o custo da crise.

A defesa do conjunto das reivindicações, a serem defendidas por meio da ação direta, das greves, ocupações de ruas e avenidas, de prédios públicos, é o meio para defender a vida dos explorados e avançar na luta pela revolução proletária. Hoje, essa luta terá de passar pela derrota da ofensiva repressiva da burguesia e governos sobre os movimentos.

aa despolitização da classe operária ao aceitar a encenação dos burocratas.

O que está por trás dessa campanha? A burocracia sindical toma a violência sobre as mulheres como um problema entre os homens e mulheres. O remédio para isso é a campanha de conscientização para que os homens se “humanizem”, deixando de ser violentos para com suas companheiras. Quer fazer crer que essa violência é um desvio de conduta dos homens. Separa a violência, que é uma realidade, da sociedade de classe, que se decompõe com a desagregação do sistema capitalista.

A violência entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre professores e estudantes, entre vizinhos, etc. expressam tão somente o quanto a sociedade se barbarizou.

O dado de que, somente em 2012, 5 mil mulheres foram mortas por esse tipo de violência implica, sim, na organização da luta contra a raiz do problema, que está no sistema de exploração do trabalho.

Tudo pronto para a farsa eleitoral de 25 e 26 de março

Há muito tempo que o sindicato metalúrgico não tem eleições diretas para a escolha de sua direção. Os Comitês Sindicais por Empresas (CSE) foram inventados para eliminar as eleições diretas para a direção do sindicato. As eleições passaram a ser em dois turnos, por meio de votação nas listas de nomes. Cada fábrica, tem sua lista para o CSE. Os operários votam, assim, na lista de sua fábrica. No final, os mais votados comporão a direção do sindicato. Trata-se de um dos maiores golpes contra a democracia operária. Anulou a disputa por

chapas, pelos programas e a votação direta. É o mecanismo para perpetuar a mesma direção no comando do sindicato.

Na Tribuna Metalúrgica, a burocracia diz que concorrerão 64 chapas. Falso! São 64 listas de nomes para o CSE. São mais de 290 nomes nas tais listas. Não há chapas.

No final de março, inicia a execução da farsa eleitoral. A ausência de uma fração revolucionária, atuando no interior das fábricas, tem sido o maior problema para expulsar a burocracia do sindicato e retomar a democracia operária.

Ato dos Metroviários em São Paulo contra o governo Alckmin

No dia 13 de fevereiro, em São Paulo, ocorreu um ato dos metroviários contra as falhas no Metrô e em resposta ao governo Alckmin, que responsabilizou os trabalhadores e os usuários, pelo tumulto. O culpado pelas falhas do metrô é o governo Alckmin e sua corja!

O POR fez a defesa da bandeira de unidade entre os usuários e trabalhadores em defesa do transporte coletivo. Apenas os que utilizam os trens e ônibus diariamente têm interesse em resolver seus problemas. O Estado burguês transformou o direito de transporte em mais um negócio lucrativo que está

em contradição com os interesses da maioria. Esta contradição deixa a necessidade de expropriação de toda rede privada de transporte, sob o controle dos usuários e trabalhadores. Os problemas da CPTM, Metrô e ônibus não se resumem a falhas técnicas, diariamente somos assaltados com os altos valores das tarifas, que mensalmente abocanham cerca de 17% do salário mínimo. As massas devem assimilar as experiências de junho de 2013, defender suas reivindicações e enfrentar os verdadeiros culpados pelos problemas nos trens e ônibus nas ruas.

Realizado o VI Congresso do MST

É necessário lutar por um governo operário e camponês

O VI Congresso do MST foi realizado em Brasília, entre os dias 10 e 14 de fevereiro. Contou com a participação de mais de 14 mil delegados, além de observadores e convidados nacionais e internacionais. O MST chega aos seus 30 anos mobilizando milhares de pessoas, prometendo combater o fechamento de escolas no campo e apresentando um novo programa agrário. O POR esteve presente. Saudou os camponeses e se colocou ao lado do MST na luta contra o latifúndio. Apontou o erro e a impossibilidade da “democratização do Estado”. Defendeu a aliança operário-camponesa como condição para vencer o capitalismo.

Sobre a estrutura do Congresso

O MST utilizou-se da “mística” para criticar o capitalismo, o agronegócio, defender a ação direta contra a repressão policial e para ilustrar a construção do homem e mulher “novos”. O espaço principal foi o das “mesas temáticas”, em que a direção do movimento, em companhia dos intelectuais e convidados, apresentava sua política para os camponeses. Com frequência, antes ou depois das mesas, os políticos convidados dirigiam-se ao plenário.

Os membros da direção nacional foram eleitos nos estados, cabendo ao congresso referendá-los. As intervenções da Plenária foram previamente definidas entre as delegações estaduais. Segundo a direção, o conteúdo do novo programa foi discutido ao longo dos últimos dois anos nas bases. Essa foi a justificativa para a forma de organização do congresso, que inviabilizou qualquer debate durante os trabalhos.

Balanço político do MST

O movimento reconhece que o período reformista da burguesia é coisa do passado. A reforma agrária clássica, que foi interessante para o capitalismo como pressuposto para o desenvolvimento do mercado interno e mecanismo de superação das antigas formas de propriedades assentadas em relações pré-capitalistas, está esgotada no atual período histórico. Porém, a necessidade de partilha da terra permanece, assumindo outras dimensões. O novo programa deve dar conta dessas

transformações, permitir acumular forças para disputar na sociedade um novo “modelo” de agricultura, assentado em nova matriz produtiva, a agroecologia. O desafio é consolidá-la em seus territórios (acampamentos, assentamentos e escolas), tornando-os livres de agrotóxicos, do analfabetismo, consumismo e individualismo. Para o MST, portanto, a luta contra a barbárie social, própria do capitalismo em decomposição, passa por uma luta etapista, em que a luta contra-hegemônica desenvolvida em seus territórios, em aliança com os demais movimentos camponeses, trabalhadores urbanos e políticos comprometidos com a luta pela terra, permitirá pressionar os governos, avançar nas conquistas, formar governos populares dos trabalhadores que, aí sim, combaterá frontalmente a burguesia. A referência é o bolivarianismo de Hugo Chávez. Também é dessa forma que o MST concebe seu internacionalismo, ao estabelecer como tarefa principal a consolidação da ALBA, organismo idealizado pelo ex-presidente venezuelano.

Ao contrário, afirmamos que as fronteiras nacionais, que travam o desenvolvimento das forças produtivas, não serão superadas sob o capitalismo. Não há internacionalismo fora da luta contra a propriedade privada burguesa. A ALBA é um projeto que se baseia na integração realizada por governos burgueses, com participação de setores dos trabalhadores, utilizados para conter a luta de classes por meio de ilusões nacionalistas. O avanço do saque imperialista na América Latina e a preservação dos lucros da burguesia, durante os “governos populares” da última década, comprovam a incapacidade do reformismo em defender as massas.

A tarefa é lutar pela unidade entre os movimentos do campo e da cidade. Outro elemento não menos importante, e que o MST deve aplicar de forma resoluto, é a defesa urgente e intransigente da autonomia dos camponeses perante a burguesia. Embora o MST declare autonomia em relação aos partidos, Igreja e Estado, o congresso evidenciou exatamente o contrário. Sabemos que, desde sua origem, o MST é influenciado pela Igreja. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) esteve presente no congresso, seus bispos foram reverenciados, seja quanto a crítica superficial ao governo Dilma, por estar submetido ao agro-

negócio, seja quanto a crítica moral ao latifúndio, que encarceira a terra, uma dádiva sagrada.

A CNBB garantiu seu apoio à luta do movimento, mas apenas naquilo que for justo segundo as leis da Igreja e do evangelho. Realmente, a propriedade privada é sagrada no capitalismo. A entrega das terras aos camponeses sem-terra e a coletivização da agroindústria desencadearão o desenvolvimento sem paralelo das forças produtivas, superando a contradição entre campo e cidade, elevando o nível econômico e social das massas rurais e urbanas. Para isso, os camponeses pobres deverão vencer os latifundiários e a burguesia, em aliança com o proletariado. Essa teoria revolucionária está ausente no programa do MST.

A autonomia advogada em relação aos partidos é insustentável. Os petistas tiveram participação privilegiada no congresso. Foram apresentados como amigos históricos do movimento. As críticas ao governo foram circunstanciais, nunca pelo fracasso do reformismo petista. O apelo era sempre para que o PT os ajudasse. Jornais e livros do PT foram amplamente distribuídos. Durante a marcha, inclusive, pôde ser vista a bandeira do PT entre os manifestantes.

Posicionamento das Centrais

As centrais sindicais participaram como porta-vozes do governo Dilma. Para a CONTAG, as reformas são condições para a evolução social. A CUT foi dizer que “o agronegócio é importante para a balança comercial, mas a terra é vital para o trabalhador”. O dirigente da Força Sindical elogiou o salário mínimo de fome e tentou convencer os camponeses de que o Brasil está melhor, graças à rede de ampla aliança realizada para eleger Dilma. A burocracia sindical dos metalúrgicos saiu de São Paulo para defender no congresso a burguesia e seus governos.

Movimento Passe-Livre (MPL)

A representante do MPL defendeu que os movimentos sociais não precisam de liderança. O que é falso. O seu antipartidarismo é burguês. Criticou o governador da Bahia, que esteve presente no dia anterior. Porém, o conjunto de sua crítica é superficial e inconsequente. A militante do MPL denunciou que, depois de 10 anos de governo reformista, vemos que as reformas foram “superficiais e viabilizadas mediante endividamento”. Porém, capitula ao não condenar a política assistencialista, reconhecendo-a como positiva e necessária. Assim, abre mão de se chocar com o Estado. Como se vê, a presença

do MPL serviu tão somente para despolitizar, desviar e confundir a discussão fundamental sobre o programa de reforma agrária do MST.

Conclusões

- 1) O novo programa do MST não foi de fato discutido criticamente no Congresso. Chegou aos delegados apenas para a homologação. O que evidenciou a organização burocrática que se impõe como camisa de força à luta camponesa.
- 2) A passividade dos delegados reflete a ausência de uma vida política dinâmica no MST. A quantidade de participantes impressiona. Mas o fundamental, que é a ausência de consciência política, destoa da importância da aprovação do programa e das tarefas que o movimento camponês tem pela frente.
- 3) O programa referendado não servirá para os camponeses enfrentarem os latifundiários, a agroindústria e o Estado burguês. O modismo da agroecologia tem fôlego curto. Rapidamente se verificará o absurdo de se propor um “modelo agroecológico alternativo” ao “modelo” agroindustrial no âmbito do capitalismo.
- 4) O POR divulgou um Manifesto que sintetiza o programa da revolução agrária, da aliança dos trabalhadores da cidade e do campo e do governo operário e camponês. Afirma que não há possibilidade de reformar o capitalismo e que a tarefa histórica é a da revolução e ditadura proletárias.

Uma lição para os camponeses

Durante o Congresso, o MST fez uma marcha em direção à embaixada dos Estados Unidos. Em seguida, os camponeses se dirigiram para a Praça dos Três Poderes. O Congresso Nacional discutia a lei antiterrorismo, que criminaliza os movimentos sociais. O objetivo do ato político era o de denunciar os assassinatos no campo e a impunidade. A polícia atacou os manifestantes com balas de borracha.

O governo do PT que havia sofrido críticas suaves no congresso e que poderá ser apoiado nas eleições de outubro pelo MST colocou sua polícia para conter a manifestação. No dia seguinte à repressão, Dilma Rousseff fez um gesto cordial de receber as lideranças do MST como se nada tivesse ocorrido. E o MST, por sua vez, a presenteou com uma cesta de produtos agroecológicos. Esse acontecimento reflete a política de colaboração de classe da direção do MST.

A lição para os camponeses é de que não pode confiar em nenhum governo burguês. E que deve constituir uma direção revolucionária, vinculada ao proletariado.

Contribua com o POR adquirindo o Programa

O POR inicia este mês uma campanha de divulgação de seu programa. Realizará palestras, debates e outras atividades pelo país. Informe-se com o distribuidor deste jornal.



Balanço político do 33º Congresso do ANDES-SN

O 33º Congresso do Andes-SN ocorreu de 10 a 16 de fevereiro na cidade de São Luís-MA. Teve como tema central “Andes-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais”. Segundo a direção do Andes, participaram cerca de 441 pessoas, sendo 339 delegados e 59 observadores, representantes de 70 seções sindicais, além de 8 convidados e 35 diretores. As discussões em grupos mistos e os debates nas plenárias foram focados em seis temas: 1) Movimento docente e conjuntura, 2) Centralidade da luta, 3) Políticas sociais – política educacional, gerais e direitos e organização dos trabalhadores, 4) Questões organizativas e financeiras, 5) Plano de lutas – geral, educação, direitos e organização dos trabalhadores e 6) Plano de lutas – setores.

Compareceram correntes políticas, partidos e coletivos de professores. Entre as correntes e partidos, entrevistamos a Corrente Proletária na Educação (CPE/Universidade), do Partido Operário Revolucionário (POR), PSTU, PSol, O Trabalho (OT), anarquistas e outros pequenos agrupamentos. A CPE/POR participou do 33º Congresso do Andes com a inscrição de textos de apoio (TA) e textos de resoluções (TRs), distribuição de manifesto dirigido aos delegados e demais participantes, discussão em grupos, debate nas plenárias, banca de materiais, distribuição do panfleto intitulado “A burguesia, seus governos e seus partidos se valem da trágica morte do cinegrafista Santiago Andrade para justificar e avançar o estado policial” e intervenção no ato do dia 13/02, organizado pela CSP-CONLUTAS, em defesa dos direitos sociais e contra a política de opressão do governo do Estado do Maranhão.

1. A crise capitalista e a resposta proletária

O 33º Congresso do Andes ocorre no contexto de aprofundamento da crise mundial do capitalismo, que atinge o Brasil e abre novas perspectivas para a luta de classes. Diferentemente dos últimos congressos, este contou com um número bem expressivo de textos no Tema 1 – Movimento Docente e Conjuntura. A Corrente Proletária na Educação (CPE/Universidade) apresentou a tese “Responder à crise capitalista com as reivindicações e os métodos da luta de classes”, caracterizando a atual fase de decomposição e aprofundamento da crise mundial e das tendências bélicas do capitalismo, que tem incrementado a opressão nacional e social.

A resposta do Estado e governos burgueses tem sido de socorrer os capitalistas em crise e de ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores e da juventude. A destruição de postos de trabalho e aumento do desemprego desencadearam uma nova etapa na luta de classes mundial, portanto, concluímos que devemos responder à crise capitalista com as reivindicações dos trabalhadores e demais explorados e os métodos da luta de classes (greves, manifestações, ocupações). A intervenção da CPE/POR neste ponto foi no sentido de armar os trabalhadores e o movimento docente de um conjunto de reivindicações, que expressem de fato as necessidades vitais dos explorados, de defesa da unidade organizativa contra a fragmentação e o divisionismo existente, o combate às medi-



das do governo e dos capitalistas nacionais e internacionais de ataque à vida das massas e de luta implacável contra a opressão imperialista.

Ressalte-se, neste ponto, a tentativa da Corrente O Trabalho de desviar o foco do debate e da luta, com a defesa da tese “Unidade na campanha do plebiscito popular por uma constituinte soberana”. Trata-se, na verdade, de uma posição governista e de blindagem do governo Dilma (PT) contra as manifestações e as reivindicações das ruas. A tese governista foi rechaçada pela esmagadora maioria dos presentes no Congresso. Não faltaram também teses desfocadas das reais necessidades do movimento docente e dos demais explorados.

2. A discussão sobre a centralidade da luta

No Tema 2 – Centralidade da Luta ficou clara a profunda divergência com relação às tarefas e métodos de luta do movimento docente, em particular para os embates de 2014. Uma parcela dos delegados e grupos defendeu a ação direta como método de luta dos professores e a necessidade de construção da greve pela base. Outra parte defendeu o que chama de “mediações” e a luta fundamentalmente circunscrita à institucionalidade burguesa, e que a questão da greve seria amadurecida nas bases. Percebia-se claramente uma indisposição para a aprovação de indicativo de greve para o ano corrente, rumo à construção de uma greve geral dos servidores públicos federais, que inclusive já iniciaram a sua campanha salarial de 2014.

A TR-4 apresentada pela direção do Andes no caderno de textos foi originalmente exposta da seguinte forma: “Defesa do projeto de Educação Pública, condições de trabalho, carreira e salário, intensificando a ação do Andes-SN na categoria, enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores”, aprovada sem prejuízo de modificação e fundida com a TR-36, do caderno de anexos, apresentada pela diretoria da Adufepe, foi alvo de um profundo debate nos grupos mistos e na plenária. Foi confrontada com a TR-5, apresentada por professores de base da Adurj, Aduf e Adcefet-rj, que realçava a ação direta como principal meio de transformação social e que a construção de uma greve geral é a principal tarefa histórica do momento para expressar o processo dos traba-

lhadores, sendo todos os esforços do Andes-Sn dirigidos para a sua construção em 2014.

A CPE/POR, embora não tenha apresentado um texto e TR específicos sobre este tema, defendeu a ação direta como método de luta do movimento docente para arrancar as suas reivindicações, a unificação das lutas em curso, contrapondo-se às tendências de apostar as forças nos limites da institucionalidade burguesa.

A TR aprovada no ponto da centralidade da luta se referia à necessidade de enraizamento da CSP- CONLUTAS na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular. Embora não se admita, trata-se de uma confissão indireta de que a cisão que lhe deu origem foi de caráter varguardista. A direção e a maior parte dos presentes se colocaram contra essa caracterização. Não obstante, a CPE/POR interveio no sentido de mostrar que a CSP-CONLUTAS, fruto da política divisionista do PSTU, não se consolidou e a cada congresso há a necessidade da direção do Andes e o PSTU elaborar TRs reforçando o tema de fortalecimento e enraizamento da central. Alguns dos delegados presentes chegaram a destacar a postura que o PSTU tem tido em nível nacional (acordo com a GM) e internacional (posição sobre a Síria), portanto, não se colocando como uma alternativa classista, combativa e de luta.

3. O debate sobre Políticas Sociais, educacional e organização

Na parte do Tema 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores, o Congresso reafirmou o que foi aprovado no 58º Conselho Nacional do ANDES-SN (CONAD), ocorrido em 2013, em Santa Maria/RS, definindo o ano de 2014 como o ano da educação, tirando como tarefa principal a realização de um Encontro Nacional previsto para o mês de agosto, tendo como objetivo atualizar o PNE da Sociedade Brasileira consolidado na plenária final do II CONED em 1997, na cidade de Belo Horizonte. Para o Andes-SN este PNE se constitui como alternativa ao PNE do governo. Entretanto, o PNE “alternativo” não faz qualquer referência à superação da coexistência do ensino público e privado e da real defesa da educação pública e gratuita, portanto, não assume uma posição clara e ofensiva em defesa da universidade pública contra o ensino privado e a política privatista dos governos federal e estaduais.

Neste tema, a CPE/POR apresentou as teses 39, intitulada “Combater a política educacional do governo” e 40, denominada “Lutar pela autonomia universitária”, cuja diretriz fundamental é a defesa da expropriação sem indenização da rede privada de ensino, a defesa da educação e universidade pública, luta pelo acesso universal a todos os níveis da educação, combatendo a política privatista dos governos federal e estaduais, rechaçando o PNE governista, além da defesa da autonomia universitária como autogoverno, destruição da burocracia universitária e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, eleito pelo voto universal e mandatos revogáveis. A tese 39 da CPE/POR foi rejeitada na maioria dos grupos e aprovada como minoritária em dois grupos. A tese 40 da CPE/POR sobre autonomia universitária foi rejeitada e aprovada a tese vigente de autoaplicabilidade do Art. 207 da Constituição Federal de 1988. A militância do POR

destacou nos grupos a experiência da luta dos estudantes na USP no último período sobre a autonomia universitária.

4. Sobre as questões organizativas e financeiras

No Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras, discutiu-se o regimento eleitoral em virtude da proximidade das eleições para a direção do Andes para o biênio 2014-2016. O clima das eleições e da inscrição de chapas, com 11 nomes para a direção nacional, logo expressou uma corrida das correntes com maior força no movimento no sentido de fechar acordos para a montagem de chapas. Dada a impossibilidade de inscrever uma chapa sob sua direção, o PSTU chamou “a realização de uma convenção com todos os lutadores de nossa categoria que estão presentes aqui para, com base em uma discussão e construção unitárias, formar uma chapa para a direção do Andes”. O PSTU compõe atualmente o coletivo “Andes em Luta”. Na realidade, o que se viu foi uma resistência não só dos membros do Coletivo Andes de luta e pela base (PSol e outros) de compor uma chapa com o PSTU. Este praticamente ficou a todo momento apelando para a composição de uma chapa unificada para as eleições, sem êxito.

O PSTU havia apresentado a TR-55, propondo uma diretoria para o Andes/SN sem a figura do presidente e a proporcionalidade de chapas nas eleições. Esse debate foi remetido sob o tema de desafios políticos-organizativos para o próximo CONAD. Em síntese, apenas uma chapa foi inscrita durante o congresso, chamada “Andes-SN de luta e pela base”, que mantém atuais membros da direção e incorpora novos membros, do mesmo coletivo. Há, portanto, uma clara continuidade em termos políticos entre a futura direção e a atual. No mais, aprovou-se a prestação de contas e discutiu-se a necessidade de um formato de congresso, que será apreciado pelo próximo CONAD. A CPE/POR entende que a formação de uma chapa para as eleições para a direção do Andes-SN deve ser feita com base na discussão programática franca e aberta em plenárias sob a base da democracia sindical.

5. A definição do Plano de Lutas geral e setorial

Nos Temas 5 e 6 foram debatidos o Plano de Lutas geral e setorial. O Tema 5 comportou o maior número de textos e TRs e deu ensejo a muito debate e polêmicas. Observou-se a preocupação da direção do Andes com relação ao tema. A discussão sobre Tema 5 foi iniciada, mas interrompida. Antecipou-se em seguida o Tema 6 e jogou-se o Tema 5, que continha inclusive as TRs da Corrente Proletária na Educação (CPE/POR), para a madrugada, com um plenário esvaziado. Parte significativa das TRs do ponto 5 sequer foram discutidos nos grupos mistos, sendo remetidas diretamente à plenária com pouca ou sem nenhuma discussão. A CPE/POR exigiu a apresentação dos nossos textos e TRs em plenário.

O primeiro debate se deu em torno da TR da diretoria do Andes que apresentava a agenda de lutas construído no Fórum de Entidades e na Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESF), o calendário de lutas e os eixos da campanha salarial unificada dos servidores públicos federais. Os eixos unificados foram os seguintes: 1) definição da data-base: 1º de Maio; 2) política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário-base

e incorporação das gratificações; 3) cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados; 4) contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; 5) retirada dos PLP's, MP's, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; 6) paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas; 7) reajuste dos benefícios e, 8) antecipação para 2014 do reajuste de 2015.

A polêmica se deu em torno de dois eixos, 3 e 8. O problema é que o Andes-SN não assinou qualquer acordo com o governo. Na verdade, quem assinou um acordo com o governo foi o PROIFES, em 2012, à revelia da categoria em greve. Como poderia o Andes reivindicar o cumprimento de acordo que assinou e feito às costas da categoria? A direção justificou que se tratava de buscar a difícil unidade com os demais servidores públicos federais, considerando as várias orientações das entidades e centrais. A CPE/POR interveio questionando a posição da direção do Andes de reivindicar o cumprimento de um acordo do PROIFES e governo federal não validado pela base. Na verdade, o papel do Congresso acabava sendo de legitimação de um acordo rejeitado pelos grevistas em 2012. Argumentamos que o Congresso era soberano e deveria discutir os eixos. Após o debate, a TR da diretoria, indiretamente legitimando o acordo fechado pelo PROIFES com o governo em 2012, acabou sendo aprovada.

A CPE/POR apresentou no Tema 5 a TR-59 sobre “Carreira, Previdência e Condições de Trabalho”, a TR-60 “Responder à crise com a defesa das condições de vida da maioria explorada” e a TR-61 “Contra a ofensiva repressiva”, defendendo a derrubada da reforma da previdência e da Lei 12.772/12, que acentua a precarização do trabalho docente, a defesa dos terceirizados com base na unidade com os efetivos e sua incorporação com servidores públicos, defesa das reivindicações das massas trabalhadoras e exploradas, da saúde pública e gratuita e estatização sem indenização do sistema privado de saúde, a defesa da educação pública e gratuita e estatização sem indenização do ensino privado, a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade, uma campanha permanente contra a repressão e a criminalização dos movimentos sociais e a luta em defesa do direito irrestrito de greve, entre outras. As propostas foram defendidas em plenária já na madrugada do dia 16/02 e rejeitadas.

Em síntese, aprovaram-se os seguintes planos de luta:

a) para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) - aprovou-se “combinar a luta específica da categoria com a mobilização conjunta dos demais servidores públicos, cancelando os Eixos da campanha unificada de 2014. O plano específico do setor destaca, na pauta de reivindicação, a luta pela reestruturação da carreira docente, salário e condições de trabalho, e traz uma agenda de luta que faz um grande chamamento para mobilização da categoria, com protocolo da pauta nas instâncias do governo, duas rodadas de assembleias

gerais, um dia nacional de paralisação em 19 de março e reunião nacional do setor das Ifes, pautando a retomada da greve dos docentes, suspensa em 2012, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação”;

b) para o setor das Instituições Estaduais e Municipais o plano de lutas “apresentado pela diretoria do Sindicato Nacional foi aprovado com modificações. Entre as ações deliberadas estão a luta por uma carreira docente que priorize a Dedicação Exclusiva como regime de trabalho preferencial, pela garantia da autonomia acadêmica e administrativas das universidades e contra a privatização do ensino público, com mobilização permanente. Os delegados deliberaram ainda pela realização do Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as Iees/Imes, previsto para 28 de maio deste ano”;

c) para as Instituições Particulares de Ensino Superior (Ipes) - foi decidido pelo Congresso “O fortalecimento da inserção da base docente do setor das Ipes no processo de organização sindical e defesa de seus direitos compõe o plano de lutas votado pelos delegados para o setor das Particulares. Para isso, o ANDES-SN dará continuidade às ações políticas, jurídicas e administrativas que garantam a mobilização e a construção de representação sindical dos docentes das Ipes. A plenária ainda debateu e aprovou a luta pela imediata expropriação, sem indenização e sem assumir as dívidas, das universidades Gama Filho e UniverCidade”. Sobre o setor privado de ensino e a crise da Gama Filho e da UniverCidade, a CPE/POR defendeu na plenária que a autêntica defesa da educação pública em todos os níveis passa necessariamente pela expropriação sem indenização de todo o sistema privado de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha.

A CPE/POR apresentou quatro moções, contra a implantação da UPP na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e de repúdio às medidas de criminalização dos movimentos de trabalhadores, da juventude e demais explorados, além do repúdio aos ataques aos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas em Rondônia. No ato do dia 13/02, as falas se concentraram nas denúncias dos desmandos da oligarquia Sarney no Estado do Maranhão. A CPE/POR fez uma intervenção no ato, denunciando a oligarquia Sarney e defendendo as condições de vida dos explorados. Nossa intervenção em todo o 33º Congresso do Andes-SN se deu a partir da defesa de um programa proletário para a educação, de caráter revolucionário, procurando armar o conjunto do movimento docente diante da crise mundial do capitalismo e dos ataques dos governos federal e estadual à educação e às universidades públicas e às condições de estudo e trabalho de professores, estudantes e técnico-administrativos. Esse objetivo depende da constituição de uma fração revolucionária no seio do movimento docente nacional, capaz de levantar as reivindicações da categoria e do conjunto dos trabalhadores contra os ataques do Estado e dos governos. Esta é a tarefa da CPE/POR para o próximo período.

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

GREVE NO RN

Estado:

Os trabalhadores em educação do RN deflagraram greve desde o dia 28/01. O governo Rosalba/DEM tem descumprido os acordos das greves de 2013 com todas as categorias: educação, polícia civil, saúde, Detran e outras. Ainda no mês de janeiro, o governo Rosalba/DEM, juntamente com o governo Dilma/PT, inauguraram o Arena das Dunas. Uma construção em tempo recorde, que foi parabenizada pelo governo petista. Enquanto isso, o governo se encarregou de fechar pediatrias nos hospitais, fechar escolas e turnos.

Ao contrário da agilidade que o governo Rosalba teve em construir o Estádio para a Copa, numa escola da rede estadual, na capital, o teto desabou o ano passado e até o início de nossa greve o governo ainda não tinha concluído a reforma. A greve já estava anunciada desde 2013, pois o governo não atendeu a pauta da greve anterior.

O governo criou um sistema de matrículas online, o Sigeduc, onde tem criado salas com até 70 alunos. Além disso, mudou a grade curricular do ensino fundamental e médio. Disciplinas como português e matemática, que tinham 04 aulas, foram reduzidas pela metade, sendo criada uma disciplina que existiu na ditadura militar. Resultado: os profissionais tiveram de completar a carga horária em outras escolas. Isso escondia a falta de professores nas escolas.

Os ataques do governo

Contando com forte apoio da imprensa, o governo usou os meios de comunicação para negar a existência da greve, para ameaçar o corte de ponto e corte de salário e para informar aos pais que durante seu governo os professores já tiveram 91% de reajuste salarial. Nada mais falso.

Rosalba mantém um brutal ataque aos dirigentes do Sinte/PT, retirando a disponibilidade sindical, ao mesmo tempo em que abre processo administrativo para demissão dos dirigentes.

Qual o eixo da pauta de reivindicação

A pauta de reivindicação aprovada tem um eixo muito rebaixado. Tanto a direção como a oposição CSP-Conlutas, elegeram como prioridade as mudanças no plano de cargos. Não há reivindicação de reajuste salarial, mesmo os salários sendo um dos mais baixos do país. Como o governo já anunciou, mesmo antes da greve, o repasse da miséria de 8,32% do piso, a direção do Sinte tem como reivindicação 0,26% de “resíduo do piso do ano passado”. A Corrente Proletária defendeu que discutíssemos propostas de reajuste salarial, o que não foi encaminhado.

A reivindicação por parte da direção, e agora pela oposição, de atualização de plano de cargos já é antiga, mesmo dividindo a categoria da educação. Fomos derrotados com essa política o ano passado, quando o governo afirmou que criaria as benditas comissões de discussão que nunca servem para nada.

Com que direção contamos para conduzir a luta

A direção do Sinte/PT mesmo sendo esfaçada pelo governo de Rosalba, impõe muitos limites a nossa luta. Todos os

encaminhamentos propostos se limitam unicamente ao desgaste eleitoral do governo. Não pretende de forma alguma levar a greve às ruas. Passa toda a assembleia com lamúrias e reclamando da categoria que não comparece às suas atividades distracionistas. O POR propôs colocar a greve na rua com uma grande manifestação. A reação da burocracia foi imediata, comprovando seus interesses eleitorais. Tentou por vários minutos esvaziar a assembleia, tentou chamar para o consenso de adiar a data em uma semana, se apegou a uma outra proposta apresentada por um professor e que aos gritos era rejeitada pela base, mas não teve outro caminho senão colocar em votação. Foi aprovada por ampla maioria. O resultado comprovou que os trabalhadores queriam atividades de rua e a burocracia continha.

Nossa greve continua, quanto mais o governo ameaça, mais os trabalhadores em educação se mantêm na greve. No entanto, há uma desconfiança com a direção, que em várias greves levou a categoria à derrota.

Greves nos Municípios:

Três municípios da região metropolitana deflagraram greves. As reivindicações não são muito diferentes. Em alguns, o governo não pretende nem ao menos pagar o piso salarial. As formas de reação dos governos são as mesmas. Em Ceará Mirim, com pouco mais de uma semana, a justiça decretou a greve ilegal. As escolas deste município estão destruídas, diretores de escolas são repressores, e faltam condições básicas de funcionamento das aulas. Enquanto os estudantes ficam sem merenda, escolas jogam no lixo só de uma escola 400kg de merenda estragada. Os pais são obrigados a comprar material escolar, falta o refeitório e as crianças merendam sentadas ao chão.

Em outro município, como Extremoz, a reivindicação ainda é mais elementar. Pais e professores se unificam em defesa de reformas, pois há escolas faltando até banheiros e cozinhas. Em São Gonçalo, a greve enfrenta um prefeito repressor que ameaça de processos os dirigentes sindicais, obriga professores a assinarem termo de compromisso se comprometendo em não fazer greves, para se manterem nas escolas.

As greves nestes municípios são dirigidas por setores de oposição CSP-Conlutas, no entanto, as práticas assumidas são as mesmas da burocracia sindical. O caminho eleitoral tem sido abertamente preparado pela militância do PSTU. Ao trilharem esse caminho as direções colocam seus interesses eleitorais acima da luta e das pautas de reivindicações.

O POR tem atuado nos três municípios defendendo que a CSP-Conlutas organize um movimento de resistência contra os ataques dos prefeitos e do governo estadual. Que defenda o reajuste salarial e nada de limitar a luta aos planos de cargos. Que chame um congresso estadual de funcionalismo para enfrentar os governos. Essas propostas se confrontam com os interesses eleitorais hoje abertamente defendidos pelo PSTU.

Posição vergonhosa do PSTU nas assembleias de Natal

O prefeito de Natal, através da secretaria Justina Iva/PCdoB,

deu um golpe nos educadores, aumentando a carga horária para 30h, quando atualmente é de 20h. Como não pretende pagar 1/3 da carga horária para planejamento em cima de 20h, o prefeito alegou que o aumento das horas seria pago e dividiu os trabalhadores do ensino infantil e do fundamental. A revolta foi geral. Grande parte dos educadores têm jornada em outras redes de ensino e contava com a diminuição da carga horária. A primeira assembleia do ano contou com quase mil trabalhadores dispostos a enfrentar o governo, diferente da direção do Sinte, que é aliada de Carlos Eduardo/PDT. A direção foi clara, defendeu a manutenção do diálogo. Mas o PSTU após Amanda Gurgel, vereadora, fazer discursos inflamados, também não defendeu

Ceará

Greve de 21 dias dos Agentes de Saúde e Agentes de Endemias de Fortaleza É derrotada pela CUT/SINASCE (PT)

A campanha salarial de 2014 dos ACS (agentes de saúde) e ACE (agentes de Combate a Endemias) iniciou tardia. Não houve mobilização, campanhas nos postos de saúde e nos pontos de apoio dos agentes de endemias. Os vereadores que são da base aliada do prefeito Roberto Cláudio (PROS/PC do B) votaram, no dia 19 de dezembro de 2013, o reajuste de 5,7%. Pela segunda vez, RC consegue impor um aumento sem a resistência dos trabalhadores. Suas direções sindicais e centrais (CUT/ CTB/CONLUTAS) não mobilizaram os trabalhadores para impedir essa votação.

Foi somente no dia 10 de janeiro que o SINASCE convocou assembleia para definir se entrava ou não em greve. No dia 21 de janeiro, em frente à SMS (secretaria municipal de saúde) os ACS's e ACE's decretaram greve por tempo indeterminado. O movimento reivindicava: repasse da portaria ministerial, que hoje está em R\$ 1.014,00, e que esse valor seria o piso salarial dos agentes; horário corrido para 6hs, PCCS; 14º salário, etc. Essas foram as reivindicações que fizeram uma categoria de mais de 5 mil agentes entrar em greve. Acontece que, desses 5 mil, aproximadamente 600 agentes, apenas, cruzaram os braços. O motivo da não adesão foi o histórico de traição do PT à frente da direção do SINASCE.

A CUT esteve presente nessa greve e arbitrou desde a sua mobilização até o fim da greve. Os agentes foram derrotados por terem permanecido em frente à SMS. Foram poucas as manifestações de rua. O objetivo dessas manifestações era pressionar o prefeito Roberto Cláudio (PROS/PC do B) negociar. A greve, entretanto não tinha visibilidade pela imprensa. A CUT logo mudou de tática e passou a defender a manifestações na praça da imprensa, rumo à SEPOG.

Os agentes, mesmo desconfiados da direção petista, ou seja, dos fura-greve, participaram de uma manifestação até o paço municipal, onde o prefeito marcou uma audiência com a categoria. Audiência foi marcada graças à categoria, que cercou o prefeito, saindo da secretaria de finanças. Foram mais de mil agentes marchando e cantando rumo à prefeitura. O prefeito atendeu à comissão de oito pessoas, não referendando pela assembléia; logo, sem legitimidade. Nesse mesmo dia

a greve. Postura igual na segunda assembleia, que propôs dar mais 60 dias ao prefeito para mudar o plano de cargos. Essa postura foi muito elogiada pela burocracia como uma proposta sensata. O que está por trás? Pretende fortalecer as posições da vereadora na Câmara Municipal, para que apareça como a vereadora que propôs projetos. Essa postura em nada serve para denunciar a farsa do parlamento, pois era o momento de defender a greve e que a pressão dos trabalhadores servisse para garantir as reivindicações. Pela força coletiva e não pela pressão no parlamento, como pretende a vereadora. Não temos atuação nos municipais de Natal, e faltou quem defendesse a greve contra as posturas conciliadoras e distracionistas.

(29/01), o PT mais uma vez armou seu circo eleitoral levando seus parlamentares a apoiar a greve. Esse é o grande desafio da categoria: superar as ilusões parlamentares e institucionais para que enxerguem a necessidade de superar o capitalismo e lutar pelo socialismo.

Os agentes estavam com muitas expectativas positivas e o PT contribuiu e alimentou as ilusões nessa reunião. A resposta do prefeito foi clara: só negociaria com a categoria se a greve acabasse. Dentre a pauta de reivindicações apenas o horário corrido e o PCCS estavam na promessa de serem negociados. Depois de imensa discussão de baixo de chuva, estava claro que a CUT e o SINASCE não queriam a continuidade da greve. Nesse primeiro momento, não defenderam o fim da greve, nem a votaram. A assembleia ficou dividida, mais foi garantida a continuidade da greve.

O dia 03 de fevereiro foi o ápice do movimento. Era o dia de abertura dos trabalhos na Câmara Municipal e o prefeito RC esteve presente. Todos os servidores de Fortaleza foram convocados a manifestar-se nesse dia por seus sindicatos SINDFORT (PSOL e independentes) e SINASCE (PT/Independentes) contra o reajuste de 5,7%. Esses dois sindicatos encenaram uma ocupação ao prédio da Câmara, que culminou com a repressão por parte da guarda municipal. Vários agentes ficaram feridos com balas de borracha. Houve companheiros que desmaiaram por conta do gás lacrimogêneo e um outro que quase perde o olho. Os agentes, pela primeira vez, sentiram o que é repressão por conta do prefeito e do estado burguês. Com 13 dias de greve, foi somente no dia 06 de fevereiro que a diretoria petista do SINASCE resolveu eleger um comando de greve. A repressão ao movimento grevista repercutiu na mídia. A CUT estava no beco sem saída: ou radicalizava ou acabaria com a greve. Foi feita no dia 06 de fevereiro uma manifestação no centro da cidade. Houve bloqueio de um cruzamento por apenas alguns minutos. Nesse dia, a imprensa não cobriu o movimento e o SINASCE não possuía nem ao menos uma carta aberta para explicar para a população o motivo da greve. Na assembleia do dia 10 de fevereiro, uma parcela da categoria pode experimentar mais uma vez a capitulação da sua diretoria petista

frente à prefeitura. Defendeu uma trégua ao governo por dois meses, como forma de abrir o canal de negociação.

Portanto, CUT, SINASCE, MCB (chapa que é apoiada pela CONLUTAS) defenderam o fim da greve, e esconderam essa defesa com outros nomes: suspensão da greve, trégua de dois meses e estado de greve. A assembleia ficou mais uma vez dividida, não houve contagem de votos. A proposta de fim da greve venceu com diferença pequena. A assembleia estava bem representada. De um lado os grevistas e do outro os fura-greves. Essa diversidade foi essencial para que a diretoria do Sindicato manobrasse a votação, já que não mobilizou os trabalhadores, não fez propaganda, nem piquetes nos postos de saúde, nem tomou bolsa dos agentes de endemias, ou seja, não construiu a greve. A burocracia petista do SINASCE ilude mais

Rio Grande do Norte 2014 vai ter luta!

O ano de 2014 iniciou em uma conjuntura de pressão sobre o funcionalismo público. A falta de condições de trabalho e a política de arrocho salarial imposta pelo governo do DEM e seus secretários impõe a necessidade de lutar. Os professores deflagraram greve no primeiro dia do ano letivo. Já os policiais civis (SIMPOL), os servidores da saúde (SINDSAÚDE) e a administração indireta (SINAI) pressionam o governo a cumprir os acordos das greves do ano passado.

2013 foi o ano das greves, só a saúde Estadual realizou duas greves, porém, assim como as outras categorias, o governo descumpriu todos os acordos das greves. O que demonstram na prática que não devemos alimentar nenhuma esperança no governo, podemos sim confiar apenas na luta que construímos com nossas mãos. O governo conseguiu derrotar as categorias uma a uma. Isso agora mais do que nunca nos coloca a tarefa de **unificação da luta dos servidores pela base** e a utilização dos **métodos de luta da ação direta**. Os meios judiciais e corporativistas foram provados em 2013 não surtiram efeito contra o aparato do Estado. Devemos passar por cima das burocracias sindicais que destroem a luta dos trabalhadores, em prol de seus desejos mesquinhos e eleitoreiros. Não é nas urnas que devemos dar a resposta ao governo ROSALBA/DEM, mas sim nas ruas com uma greve geral do funcionalismo, armados com o método de luta da classe operária.

- Congresso Estadual do funcionalismo público, defendendo uma pauta de luta unificada e uma greve geral (CUT, CTB, CONLUTAS, Intersindical, etc);
- Lançar a campanha **Abaixo a Copa milionária dos capitalistas e seus governos** nos sindicatos – frente aos desvios de recursos e do sucateamento dos serviços justificados pela copa do mundo com aprovação das reivindicações dos trabalhadores e população oprimida;
- Métodos de ação direta frente ao aparato do Estado burguês

Campanha salarial 2014 - Sindsaúde Salário:

A crise econômica mundial vem refletindo diretamente nas políticas-econômicas do País, mesmo sendo sede da copa do mundo de 2014, não foi possível maquiar todos os efeitos de-

uma vez a categoria com a ideia de que, caso o prefeito não negocie a pauta de reivindicação, a greve poderá voltar, já que a categoria está em estado de greve. Essa foi a mesma tática da campanha salarial de 2013, que terminou derrotada.

A corrente proletária na saúde defendeu a continuidade da greve, a unidade da categoria rumo a uma greve geral do município. Tem feito uma propaganda constante para que os agentes confiem apenas na ação direta e não na justiça burguesa. Sempre explicando que a luta por melhores condições de salário e de trabalho não pode ser dissociada da luta em defesa da saúde pública e da estatização dos hospitais privados. Atuou com faixas e boletins, defendendo o programa revolucionário, fim do capitalismo, desmantelamento da polícia em defesa do socialismo e da revolução proletária.

vastadores para a população explorada. O Brasil vem sofrendo uma crise política entre as frações da burguesia que lutam por ter a maior fatia dos recursos advindos da copa. Apenas os trabalhadores, a classe explorada é que vem perdendo nessa disputa. O desemprego, a inflação, o fechamento de serviços públicos (saúde, educação) e o aumento do custo de vida têm aumentado à miséria no País.

Os governos burgueses são impotentes em não garantir o mínimo dos direitos dos trabalhadores. O aumento do salário mínimo só demonstra isso, R\$ 724 é um salário de fome, insuficiente para suprir os gastos de nossas famílias.

Cerca de 94% do funcionalismo do Estado do RN tem o salário líquido menor ou igual a R\$ 3000 e se formos ver os pisos salariais, alguns chegam a ser menor que o mínimo, ou seja, o funcionalismo vive com um salário defasado que não corresponde às nossas necessidades. Recebemos 22% sobre as gratificações e o governo promete corrigir a tabela do plano de cargos, mas nada disso é reajuste salarial. Nosso piso ainda continua miserável e isso não podemos aceitar! Que os servidores decidam em assembleia quanto queremos ganhar e não o governo!

Privatização x sucateamento:

Outro ponto de pauta para a campanha salarial 2014 é o sucateamento e a privatização dos serviços públicos. A saúde pública se tornou o hospedeiro para as sanguessugas das terceirizadas e cooperativas. O SINDSAÚDE deve barrar essa forma de privatização, não basta ser contra, devemos denunciar esses contratos que contribuem para o sucateamento dos serviços públicos – **SAÚDE NÃO É MERCADORIA!**

Condições de trabalho:

As condições de trabalho são um dos principais eixos de nossa campanha salarial, não devemos secundarizar essa reivindicação. Em 2013, tiveram reordenamento das equipes e das escalas, em outras palavras, o governo diminuiu as equipes, sobrecarregando mais ainda o servidor e criou novas regras para fazer as escalas, que tem causado insatisfação na base da saúde. Isso só faz agudizar as más condições que enfrentamos com falta de material, equipamento, funcionários,

insumos, gêneros e etc. Não podemos sair de uma greve sem o governo dar solução para esses problemas!

Método de luta:

Defendemos que nossa campanha salarial 2014 esteja asentada sobre nossas reivindicações e que na luta, no enfrentamento com o governo, utilizemos o método da ação direta. Uma greve radicalizada com piquetes, ocupações e protestos

Campina Grande-Paraíba

Movimento contra a privatização dos HUs defende Assembleia Geral Universitária para debater a Ebserh

Desde o início deste ano, o reitor da UFCG, tem feito uma campanha pesada de desinformação, chantageando a comunidade universitária para que reverta a decisão do Colegiado Pleno de outubro de 2012, que rechaçou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) por 36 votos a 4. O ex-dirigente sindical e ex-militante da DS, Edilson Amorim, agora na reitoria, busca seus aliados nos covis mais reacionários: maçonaria, câmaras empresariais, associações comerciais, oligarquias, dentre outros. Ocupa as rádios, TVs e páginas de jornais com a mesma chantagem: “sem a Ebserh não haverá recursos, sem a empresa não haverá construção de hospital no Sertão”. E ainda diz que quem é contra, é inimigo do SUS e da saúde pública.

O Fórum em defesa do SUS, uma frente contra a privatização da saúde, da qual o POR faz parte, tem organizado a luta contra a entrega do HUAC e HUJB à gestão privada. Não aceitamos a rediscussão no colegiado pleno, pois se os conselheiros acatarem a vontade da comunidade em 2012, em vésperas das eleições para reitoria e direção de centro, após atos públicos e ocupações, o mesmo resultado pode não ser obtido agora, quando esta instância está mais sujeita às barganhas, ofertas e ameaças da reitoria e do governo federal. Além disso, sabemos que o colegiado pleno não é uma instância verdadeiramente democrática, uma vez que estudantes e funcionários, que são a maioria da universidade estão subrepresentados. O reitor, que encarna a burocracia universitária, mostra-se como um agente do Estado dentro da universidade. Não moveu uma palha para viabilizar a decisão de 2012, pelo contrário, conspirou diariamente para derrubar a recusa à Ebserh. O reitor mostra claramente que não representa a comunidade universitária. Agora diz nas rádios que, se o Colegiado não tiver a “maturidade suficiente” para aceitar a Ebserh, ele fará a adesão administrativa.

Edilson Amorim alega que tem fatos novos, mas só dissemina boatos. De 2012 para cá, não houve nenhuma mudança na natureza privatista da Ebserh. Dos 47 HUs, 23 assinaram contrato com a Ebserh e 24 não assinaram. Nove das 19 universidades federais que possuem HUs aprovaram a Ebserh em atos de autoritarismo, com adesões monocráticas de reitores, em reuniões fechadas, excluindo conselheiros contrários à adesão e usando a força policial para agredir, reprimir e prender estudantes, professores e funcionários. Onde a Ebserh já está em funcionamento, está demonstrado que além de não

de rua, pois não vai ser com advogados que venceremos essa luta e sim nas ruas que conseguiremos arrancar desse governo opressor nossa vitória.

Os projetos de lei só são aprovados sob a pressão da categoria em luta. Não devemos confiar em nenhum dos parlamentares por mais radicais que possam parecer não serão capazes de solucionar as condições dos serviços públicos, apenas os trabalhadores têm essa capacidade.

resolver os problemas dos HUs ainda cria outros. Na UFPI, a direção do HU se demitiu coletivamente, pois o hospital está totalmente travado pela gestão privatizada. Só foram feitos procedimentos equivalentes a 1,64% dos recursos repassados pelo SUS, UTIs e equipamentos estão ociosos. Em outros lugares, como na Federal do Sergipe, o próprio Ministério Público interferiu, impedindo a adesão do reitor. Tramita também uma Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Procuradoria Geral da União.

Além disso, se a reitoria e governo federal criaram um curso de medicina e enfermagem no sertão, em Cajazeiras, tem a obrigação de garantir hospital, materiais e pessoal para que estes cursos funcionem plenamente. Não aceitamos o contingenciamento de recursos. O governo federal age como aquelas milícias, que vendem segurança contra sua própria ação criminosa. Precariza a saúde e educação e, agora, apresenta a Ebserh como solução para os problemas que criaram. **Exigimos o financiamento integral da Universidade, de acordo com orçamento definido pela Assembleia Geral Universitária.**

Assim, só aceitamos a rediscussão da matéria com a mais ampla democracia. Nem conselhos de burocratas e nem plebiscitos fajutos, como tentou fazer o diretor do Centro de Saúde. **Queremos uma Assembleia Geral Universitária para decidir.** Os sindicatos de docentes e funcionários, além da direção do HUAC e demais integrantes do Fórum, estão se esforçando para viabilizar esta Assembleia Geral dos três setores. A mobilização para convocá-la e para fazer com que suas decisões sejam respeitadas é fundamental!

Dentro do Fórum, a Corrente Proletária Estudantil/POR está fazendo a campanha permanente para que transbordemos os marcos legais, que expressam a dominação burguesa. Em debate com a presença de militantes da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, em nossos materiais e falas, convocamos os militantes a retomarem a defesa da estatização geral do sistema privado de saúde, bandeira que foi derrotada no movimento pela reforma sanitária em 1986 e na lei do SUS. Já vimos que a coexistência entre o público e privado leva à destruição do público. O setor privado complementar abocanha cada vez mais fatias dos serviços públicos. **É urgente uma campanha nacional pela estatização, sem indenização, de todo o sistema privado e constituição de um sistema único público, gratuito e sob controle operário.** A Ebserh não é a primeira e nem a última medida privatista na saúde, por isso é necessária esta

luta mais geral.

Devemos ir além do marco legal quanto à estrutura da universidade. Os atuais estatutos garantem o poder da burocracia universitária, canal que expressa o Estado burguês. **Para termos real autonomia e democracia, é preciso combater esta burocracia universitária e defender o governo tripartite de estudantes, professores e funcionários baseados na soberania da assembleia geral universitária, com voto universal.**

Sobre a defesa das condições de trabalho, é preciso ir além da defesa do concurso público. Nosso ponto de partida são as necessidades vitais dos trabalhadores. A Ebserh foi criada por Lula, em dezembro de 2010, no apagar das luzes de seu governo, como resposta à terceirização. São 26 mil trabalhadores

terceirizados nos HUs pelo país. **Os terceirizados devem ser efetivados, com direitos equiparados aos demais trabalhadores. Não aceitamos a demissão de nenhum trabalhador!**

Apesar de haver setores do judiciário que também questionam a Ebserh, sabemos que este é parte do Estado burguês. Uma medida que favoreça os trabalhadores é sempre postergada, mesmo que esteja inscrita na Constituição. Um exemplo: a Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre as Organizações Sociais tramita há 14 anos e, enquanto isso, a privatização da saúde via OSs já se espalhou por todo o país. **Não podemos ter ilusões no judiciário ou parlamento. Nossa força reside na ação direta, na mobilização dos estudantes, professores, funcionários e trabalhadores em geral.**

Reitor na mesa de abertura da calourada unificada da USP

A direção do DCE da USP (PSol e PSTU) convocou o novo reitor para compor a mesa de abertura da calourada unificada. Marco Antônio Zago foi o primeiro colocado da lista tríplice na eleição que ocorreu em dezembro do ano passado, com participação de dois mil nomes, dentre eles os diretores de unidade e conselhos centrais, e foi o escolhido pelo governador.

A direção do DCE mantém sua política de conciliação com a burocracia universitária ao montar o palanque para o reitor poder falar aos ingressantes na universidade, servindo aos propósitos do burocrata de “dialogar” com os estudantes para desconstruir o movimento estudantil de 2013. Para as grandes mídias, Zago negou que o movimento se chocou com o reitor, embora as duas primeiras assembleias, as mais cheias, tenham aprovado a bandeira do GOVERNO TRIPARTITE, aos gritos de “Sem reitor!” e “Morte ao Reil!” respectivamente. Essa direção diz que o movimento quer transparência do processo de decisão, sugerindo com isso a gravação das sessões do CO, se valendo da bandeira de unidade do DCE, ADUSP e SINTUSP de abertura do CO no 1º de outubro.

A direção do DCE auxilia o reitor na manutenção da atual estrutura de poder autoritária e repressiva. Zago não faz mais do que propor que o primeiro CO de 2014 discuta um calendário

de um “processo amplo e democrático de discussão das estruturas de poder e forma de escolha dos dirigentes”. Auxilia assim também na condenação dos métodos do movimento e no ataque à oposição ao dar espaço ao reitor que em pronunciamentos anteriores atacou a ocupação dizendo ser um ato violento comandado por grupos radicais.

O convite feito pela direção do DCE ao reitor, que concordou em comparecer, mostra que o POR estava correto quando defendeu que a bandeira de diretas do DCE não se choca com a atual forma de governo da universidade. Mostra que a pretendida democratização de fato não passava de disputa por maior inserção na burocracia universitária, que controla a universidade.

O DCE buscou seus interesses por meio das diretas paritárias, pressionando a reunião do Conselho Universitário do dia 1º de outubro, que votaria a alteração do método de escolha do reitor. Mas a pressão não surtiu efeito, a votação foi desfavorável às diretas e também não foi possível a anulação da sessão.

Os interesses do DCE não se realizaram no 1º de outubro. Não se realizaram durante os 42 dias de greve com ocupação da reitoria, mas se concretizaram com o fim do movimento. As bandeiras de GOVERNO TRIPARTITE e DISSOLUÇÃO DO CO expressavam uma ameaça concreta à burocracia, ressaltando essa direção estudantil que conseguiu

manobrar o movimento ao ponto de desintegrá-lo.

O reitor na mesa de abertura da calourada unificada, organizada pelo DCE, mostra que houve um estreitamento dos laços entre a burocracia universitária e a burocracia estudantil. Tornou-se uma necessidade para a reitoria ter uma direção que controle o movimento dos estudantes, impedindo novos levantes contra o governo autoritário da universidade, impedindo que se desenvolva no seio dos estudantes o programa proletário de defesa da AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, sob a forma do GOVERNO TRIPARTITE, eleito em assembleia geral universitária com voto universal e mandato revogável.

A universidade não estará à margem do acirramento da luta de classes impulsionada pela crise capitalista. A burocratização da entidade estudantil e seu vínculo com a reitoria são indícios de um próximo período de maior agravamento do conflito entre os estudantes e a burocracia/governos devido ao choque entre os interesses privatistas destes com as necessidades dos estudantes. O próximo período ficará mais evidente a luta pela Autonomia Universitária frente ao Estado, e a necessidade de unidade com os movimentos de fora da universidade, em particular com o movimento operário, uma condição para impor a real Autonomia Universitária e o Poder Estudantil.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Não à UPP na UNEB!

A Universidade Estadual da Bahia se encontra ameaçada pela decisão do governo do estado (Wagner/PT) de implantar uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no seu campus de Salvador. A instalação da UPP afetará ainda a comunidade da Engomadeira, que fica nos arredores da universidade e que é marcada pela falta de infraestrutura e de serviços públicos (saúde, educação, lazer, etc.).

A instalação da UPP na UNEB é parte do avanço da ofensiva repressiva da burguesia sobre os explorados, tão bem organizada pelos governos do PT. A militarização da vida social nas comunidades pobres é a resposta da burguesia para a situação de miséria das massas, que se insurgem contra os seus ataques, e que por isso são banhadas em sangue. A juventude pobre e negra é a mais afetada pela repressão policial nas comunidades.

Dentro da UNEB, a UPP também estará preparada para intervir na vida da comunidade universitária, particularmente contra os estudantes. A instalação da UPP na UNEB é mais um ataque contra a autonomia universitária, aumentando a intervenção do governo sobre a universi-

A luta dos estudantes da USP em 2013:

O Governo Tripartite expressa a real democracia e autonomia universitárias



Partido Operário Revolucionário



MASSAS

dade. A repressão contra o movimento estudantil avançará à medida que este se radicalize e se choque com a política educacional dos governos. A experiência na USP mostrou o quanto é nefasta a presença da polícia militar na universidade. Centenas de estudantes já foram processados, presos e reprimidos pela PM. O destino dos estudantes da UNEB será o mesmo, caso a UPP seja instalada dentro da universidade.

Por isso, é preciso levantar a bandeira de *não à UPP na UNEB*. Os estudantes da UNEB estão se mobilizando para barrar a instalação da UPP. Foram realizados atos na universidade e na comunidade da Engomadeira. A Corrente Proletária Estudantil se junta ao movimento defendendo as bandeiras de *não à UPP na UNEB*, *dsmantelamento da PM e constituição de milícias populares, sob controle operário*.

A Corrente Proletária na Educação – Universidade aprovou no 33º congresso do Andes uma moção contra a instalação da UPP na UNEB. É preciso unir estudantes, professores, funcionários e a comunidade da Engomadeira em um *comitê contra a instalação da UPP na UNEB* que organize a luta de forma unitária e que realize uma *campanha nacional* contra a ofensiva repressiva.

O Partido Operário Revolucionário (POR) realiza debate e campanha em Salvador

No dia 22 de fevereiro, o Partido Operário Revolucionário (POR) realiza em Salvador um debate sobre “As contribuições de Lênin e Rosa Luxemburgo para a luta revolucionária (90 anos da morte de Lênin, 95 anos da morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht)”. O objetivo é discutir as posições políticas e a importância desses revolucionários para o marxismo e a luta do proletariado no movimento socialista internacional. Lênin destacou-se como o estrategista do partido político marxista e da revolução proletária. Em sua vasta obra, em particular *Que fazer?*, *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* e *O Estado e a Revolução*, contribuiu decisivamente para enriquecer a teoria revolucionária de Marx e Engels sobre a organização política, o caráter do Estado, a estratégia e tática revolucionárias e a caracterização do capitalismo em sua fase imperialista, de decomposição, guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Rosa Luxemburgo, por sua vez, foi um exemplo de revolucionária para a sua época e gerações que a sucederam. Sua luta implacável contra o reformismo incrustado na social-democracia alemã e internacional, presente em *Reforma ou revolução?*,

sua defesa da revolução russa e do internacionalismo lhe valeu um lugar de destaque no movimento socialista internacional. Mesmo não compreendendo completamente a teoria leninista do partido revolucionário, lutou até o final da vida pela causa do proletariado e pelos explorados de todo o mundo. Foi morta covardemente pela social-democracia rendida ao Estado e à democracia burgueses. A obra de Rosa e Lênin permitiu o desenvolvimento do socialismo científico e o programa da revolução proletária.

Ao mesmo tempo, o POR inicia em Salvador a campanha “Conheça e milite no POR (um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista)”, cujo objetivo é divulgar o partido e seu programa nas escolas, universidades e locais de trabalho. O POR tem se constituído desde a sua origem sob a base do programa da revolução proletária e do princípio leninista do centralismo democrático, da formação de militantes profissionais e da crítica e autocrítica. O esforço por penetrar no proletariado e enraizar-se na luta de classes é o objetivo central da militância revolucionária.

Rondônia

Os responsáveis pelas enchentes são os empresários das usinas e os governantes

As enchentes desgraçaram a vida dos ribeirinhos, dos indígenas, dos quilombolas e dos explorados em geral de Porto Velho. Os impactos ambientais são incalculáveis. Toneladas de peixes morreram. Plantações e parte da floresta ficaram debaixo d'água. E as consequências não poderiam ser outras: aumento da fome e da miséria.

As cheias do Rio Madeira já contabilizaram, segundo órgãos oficiais, cerca de 1.226 famílias. Sendo que 836 estão desalojadas e 390 foram consideradas desabrigadas, precisando de abrigos públicos. A maioria perdeu os pertences e seus meios de sobrevivência, principalmente os ribeirinhos e pequenos comerciantes da feira do Cai N'água (feira do Camelódromo principal da cidade), que com as enchentes ficaram sem lugar para trabalhar. Diversas escolas estaduais e municipais suspenderam as aulas para poder abrigar essas famílias.

A responsabilidade pelos alagamentos é do governo e dos empresários, construtores das usinas hidrelétricas. As denúncias feitas ao Ministério Público são constantes. O laudo para a construção das usinas feito por representantes dos movimentos sociais mostra os nefastos efeitos dessas obras sobre o meio ambiente e sobre a população que depende dos recursos naturais. Esse laudo se contrapõe ao que foi feito pelos empresários, que avalizou a construção das usinas. As enchentes e os

alagamentos eram e são previsíveis.

Mas quando vem a enchente, os empresários e governos lamentam o acontecimento e se defendem das denúncias contra as obras. Acusam as chuvas dos Andes pelo desastre. A imprensa burguesa, por sua vez, conclama pelas ajudas humanitárias. E os governantes apelam para o assistencialismo. Os objetivos são o de conter a revolta dos explorados, acobertar os prejuízos causados pelas usinas e se mostrar "solidários" pela vida do assistencialismo.

No distrito de Jacy Paraná, a população bloqueou a BR 384, que dá acesso à cidade de Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia, que já estava ilhada. O que evidencia disposição de luta dos explorados. Estão cansados das promessas eleitoreiras e agem com seus próprios métodos para defender suas reivindicações. Esse é o caminho. Não tem como enfrentar os empresários das usinas e seus governos a não ser com a unidade dos oprimidos. As usinas de Jirau e Santo Antônio têm sido erguidas às custas do sangue da classe operária e da crescente miséria dos indígenas e dos ribeirinhos.

Essa tormenta porque passam os explorados de Porto Velho deve ser respondida coletivamente, nas ruas, defendendo as reivindicações que unificam os operários das usinas com os ribeirinhos, indígenas e a população pobre.

A situação política no Ceará

Seca, eleições e violência

"A gente tem de se preparar para o pior" Essa foi a fala de Cid ao se referir à previsão de colapso de água em Tauá, Crateús e Canindé. Dos 18 bilhões de m³ de água que é a capacidade de armazenamento dos reservatórios do Ceará, há apenas 6 bilhões de m³ disponíveis. Metade dos quais está no açude Castanhão, no sudeste do estado. As cidades do sertão dos Inhamuns, do sertão de Canindé, que fica no outro extremo do estado, tem água para apenas 60 dias, se não chover. Segundo o jornal *O Povo* "nenhum açude está sangrando. Apenas um tem mais de 90% da capacidade (o Gavião, em Pacatuba) e 112 estão com volume abaixo de 30%." (*O Povo*, 15/02/14). As ações do governo são impotentes para solucionar o problema da seca.

Ao mesmo tempo em que é criticado pela situação de desespero dos agricultores no interior, Cid vê sua base de apoio começar a se desfazer com o aproximar das eleições. O PMDB, principal parceiro de Cid, insiste em manter Eunício candidato. O PT estadual, dominado desde o último congresso do partido pela ala de José Guimarães/Diassis Diniz e empenhado em apoiar o candidato do PROS, foi surpreendido com o

lançamento da pré-candidata de Luizianne Lins ao governo do estado. A candidatura própria do PT contraria a posição do PT Nacional, mas é bem vinda pelo PMDB e francamente apoiada pelo PV, PT do B e PSB.

O aumento da violência neste início de ano tem

mostrado igualmente o fracasso da política burguesa em conter a escalada do crime, expressão da enorme crise social. Apenas em janeiro deste ano foram 409 homicídios no estado, 11% a mais que no mesmo período de 2012 (366). No total foram **4.462 homicídios**. 727 a mais que em 2012! A pobreza empurra os pobres ao crime, ao tráfico e às mortes. O mais caro programa de

segurança criado (O Ronda do Quarteirão) é inócuo porque o fim da violência só pode ser produto do fim da miséria e da pobreza. As frações burguesas e parte da burocracia sindical se engalfinham na disputa eleitoreira enquanto a seca, a violência e pobreza, grassam entre os explorados. Apenas a mobilização dos trabalhadores sob a política independente e revolucionária da classe operária pode ser uma alternativa segura. As chagas próprias do capitalismo só serão eliminadas com a revolução proletária.



Nesta edição:

- Mais um episódio da crise política na Venezuela
- “Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente”
- O proletariado deve se emancipar das posições pró-imperialistas e nacionalistas para dirigir a maioria oprimida sob a estratégia da constituição de um governo operário e camponês

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Venezuela

Mais um episódio da crise política na Venezuela

“A configuração de uma crise revolucionária na Venezuela está em andamento”, afirmávamos no Jornal Massas, nº 469. Tratava-se de um prognóstico geral que expressava a conjugação de dois fatores explosivos da crise política: de um lado, o agravamento das condições de vida das massas, resultado da insolúvel crise econômica; de outro, a incapacidade do chavismo de resolvê-la, o que por sua vez aprofundava a crise política do regime nacionalista. Assinalávamos também que “estão praticamente esgotadas as vias ‘normais’ e pacíficas para solução da crise”.

Os últimos acontecimentos confirmaram esse prognóstico. O governo é incapaz de resolver os problemas mais graves das massas, que sofrem violentamente com o avanço da crise econômica e veem suas condições de vida se deteriorarem. O chavismo vem governando na base de medidas administrativas autoritárias, acentuando seus traços repressivos contra a direita em geral e a classe operária em particular. Um importante setor da pequena-burguesia assiste à queda acelerada de suas condições de vida e empurra uma fração burguesa para o campo da violência política. As massas fragmentadas e isoladas lutam para impor suas reivindicações com a ação direta, desprezando as vias democrático-institucionais.

Os últimos acontecimentos

No dia 4 de fevereiro, em São Cristóvão (estado de Táchira), se organizou a primeira manifestação estudantil, que tinha como reivindicação a exigência do fim da violência e da insegurança nas universidades. Em 12 de fevereiro, o protesto se projetou para todo o país na marcha nacional dos estudantes. A marcha objetivava constituir-se em ponta de lança de um movimento mais geral e capaz de aglutinar amplos setores da classe média urbana. Evidentemente, a oposição burguesa se valeu da instabilidade social para atacar o governo, acusando-o de ser responsável pelo aumento da criminalidade. Quer proteção policial.

A marcha do dia 12, que se iniciou na Praça Venezuela indo até a Promotoria perto do Palácio Miraflores, foi abortada. A Polícia Militar, de um lado, e as milícias chavistas, de outro, cercaram a mobilização e desfecharam uma violenta repressão. Resultou em quatro mortos. Três estudantes por disparos atribuídos às forças paramilitares chavistas (“coletivos revolucionários”) e um líder das “milícias bolivarianas”, Juan Montoya.

Tais acontecimentos sangrentos indicam que a oposição burguesa e o governo de Maduro não conseguem estabelecer uma via institucional e pacífica para resolver o choque entre as posições pró-imperialistas e as do nacionalismo chavista.

Das manifestações de rua à violência política inter-burguesa

Apoiando-se nas manifestações, se projetou a fração mais reacio-

nária da burguesia e da pequena burguesia. Seus agentes políticos são Leopoldo López (líder da Vontade Popular), a deputada Maria Corina Machado e o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, que procuram aprofundar a crise política do chavismo e forçar, assim, a renúncia de Nicolás Maduro.

A derrota eleitoral de Capriles nas eleições presidenciais o empurrou à conciliação com o governo. Pretendia se colocar como mediador entre este e a oposição, aproximando-se de sua ala militar para se habilitar como fiador de uma transição negociada. Mas a situação de extrema gravidade econômica e social impediu que esta via se materializasse.

É nesse quadro que López se projeta. Ao lado de Capriles, o direitista expressa mais uma variante a serviço do imperialismo. Em resumo: López é hoje o melhor agente da burguesia para desgastar o governo chavista perante as massas. Sua prisão servirá à causa da direita pró-imperialista.

O Estado autoritário serve à contrarrevolução

O chavismo está historicamente condenado. Sua decomposição política atual se manifesta no ritmo da decomposição social do capitalismo e de sua crise econômica estrutural. Para enfrentar a pressão da direita pró-imperialista e da luta de classes, o chavismo se viu obrigado a recrudescer os métodos autoritários e um centralismo militar do Estado. Os métodos plebiscitários e eleitorais se combinam com a repressão policial.

A estatização do movimento operário afogou as suas manifestações independentes. Transformou a cúpula sindical corrompida em agentes do governo. Em última instância, o nacionalismo burguês se volta contra a classe operária. Os assassinatos de ativistas classistas continuam impunes. As greves operárias são tratadas como inimigas do regime. Os controles impostos ao movimento operário e a dura repressão à luta de classes favorecem a oposição burguesa pró-imperialista.

Assim o estado de exceção, defendido publicamente como necessidade diante do “golpe da direita fascista”, traz em seu seio o germe de uma feroz reação contra as massas exploradas e suas conquistas.

A burguesia pró-imperialista conta com um poderoso aparato, que, mesmo debilitado internamente, está fortalecido externamente. O imperialismo tem em seu poder gigantescas forças econômicas para esmagar o chavismo sem se comprometer ainda com um golpe militar. Conta para isso com portentosos meios econômicos e financeiros para influenciar o curso geral da crise (cerco comercial, boicotes, controle sobre o comércio exterior, sobre os créditos e preços internacionais das commodities, etc.)

Denunciamos e combatemos as tentativas do imperialismo de acentuar a crise e destruir as condições de vida das massas interna e

externamente. Rechaçamos a intervenção dos Estados Unidos. Combatemos a direita pró-imperialista. O nacionalismo burguês é impotente e incapaz de resolver a miséria das massas e a opressão nacional. O chavismo já teve tempo suficiente para demonstrar que respeita a grande propriedade privada dos meios de produção e que sustenta o regime capitalista na Venezuela. Encontra-se encurralado, agora, diante da ofensiva da direita e do imperialismo.

Conclusões

É o ritmo da crise econômica que leva a transformar-se em crise política aberta. Obriga ambas frações burguesas em luta em torno do poder a empregar a violência contrarrevolucionária, usando em suas disputas interburguesas as massas como carne de canhão.

Enquanto a classe operária estiver dividida, dizimada politicamente e castrada organizativamente, ambas frações burguesas

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

“Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente”

Essa foi a bandeira levantada pela IV Internacional em abril de 1939. Respondia à opressão estalinista e à resistência do nacionalismo ucraniano.

A degeneração da União Soviética e da III Internacional, de um lado, e o avanço do fascismo e a possibilidade de eclosão da guerra, de outro, nesse momento, colocavam para a Ucrânia a sua autodeterminação e a garantia de sua unidade nacional. Hitler almejava uma “Grande Ucrânia”. A Ucrânia chegou a servir de moeda de troca entre Hitler e Stálin.

A tremenda opressão nacional exercida pelo centralismo burocrático do poder soviético degenerado potencializou o nacionalismo das lideranças reacionárias, que trataram de buscar apoio desta ou daquela potência imperialista à independência da Ucrânia.

A IV Internacional assim respondeu: “Enquanto a questão depender do poderio militar dos estados imperialistas, a vitória de um bando ou de outro somente pode significar um novo desmembramento e uma vassalagem maior ainda do povo ucraniano. O Programa de independência da Ucrânia na época do imperialismo está indissoluvelmente ligado ao programa da revolução proletária.” (...) “A autêntica emancipação do povo ucraniano é inconcebível sem uma revolução ou uma série de revoluções no Oeste, que podem levar em última instância à criação dos estados unidos soviéticos da Europa. Uma Ucrânia independente poderia unir-se à federação como membro igualitário e sem dúvida que o faria.” (...) “A questão de primeira ordem é a garantia revolucionária da unidade e independência da Ucrânia operária e camponesa em luta contra o imperialismo, por um lado, e contra o bonapartismo moscovita, de outro.”

Eis, finalmente, as bandeiras levantadas pela IV Internacional, sob a direção Leon Trotsky: Nenhum compromisso, por mínimo que seja, com o imperialismo fascista ou democrático! Nenhuma concessão, por mínima que seja, aos nacionalistas ucranianos, sejam clericais-reacionários ou liberais-pacifistas! Não à “frente popular”! Completa independência do partido proletário como vanguarda dos trabalhadores! Essa posição desenvolvida por Trotsky fundamenta a bandeira Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.

Quase 75 anos depois de Trotsky ter escrito a “Questão Ucraniana”, o país se encontra em dilacerante divisão entre os defensores de submetê-lo à Europa Ocidental e os de mantê-lo sob a guarda da Rússia.

poderão se aproveitar da situação para dirimir suas diferenças nas ruas sem temer a irrupção da classe operária. O chavismo, ao amordaçar o movimento operário, criou essa particular condição histórica. A violência política desatada entre os dois polos extremos em que se dividiu a burguesia do país só é possível diante da ausência de uma direção revolucionária. O proletariado está impedido de dirigir os oprimidos e golpear a fração direitista e reacionária da pequena burguesia e superar as ilusões dos explorados no chavismo. Isto ocorre porque não existe uma direção revolucionária que permita dirigir a nação oprimida por trás da estratégia de revolução e ditadura proletárias.

Somente os explorados organizados em seus próprios organismos de poder, com seus métodos de luta e independência política podem impor a autodeterminação do País e responder à crise com o programa histórico da revolução social.

Não foi a primeira crise. A Ucrânia se declarou soberana em 1990 e proclamou a independência em agosto do ano seguinte. Mas como decorrência da desintegração da União Soviética. Imediatamente ao plebiscito que confirmou a República independente, a Ucrânia integrou a Comunidade de Estados Independentes (CEI). Esse processo se deu sob uma ampla crise política na região e sob a pressão de greves e manifestações.

A nova República, porém, havia alcançado apenas a independência e soberania formais. Continuava sob a tutela da Rússia e abria caminho para a penetração das pressões do imperialismo norte-americano e europeu. Tal situação resultava do processo de restauração capitalista no seio da União Soviética.

Mikhail Gorbatchov, em meados dos anos 80, lançou as reformas pró-capitalistas. Em agosto de 1991, o poder soviético se desintegrou de vez. A fração estalinista defensora do aparato foi definitivamente derrotada. Os tanques da reação pró-imperialista decidiram o curso do confronto. Boris Iéltsin liquidou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, constituiu a Federação Russa e a CEI com 12 das 15 ex-repúblicas soviéticas.

O longo domínio estalinista teve como uma das consequências a manutenção da opressão nacional, quando a tarefa da revolução russa e da construção do socialismo era a de extingui-la. A bancarrota do nacional-socialismo de Stálin liberou as forças centrífugas, impulsionadas pelo nacionalismo burguês potenciado no seio das nacionalidades oprimidas.

A independência da Ucrânia serviu às forças restauracionistas e nacionalistas. De maneira que inevitavelmente se veria diante da decisão de cair nos braços do imperialismo europeu e norte-americano ou manter sua submissão em piores condições que a vivida sob o regime estalinista do Kremlin. O controle do porto de Sebastopol, na Criméia, pela marinha russa, é a prova gráfica da soberania formal da Ucrânia. Inúmeros são os laços econômicos de dependência. O mais gritante é o abastecimento de gás.

A Ucrânia é o segundo maior país da Europa. Abriga uma população de 45 milhões. Possui vastas riquezas naturais. Sua economia é em grande medida agrícola, dominada pela agroindústria. O país tem de condicionar ainda mais suas forças produtivas ao imperialismo. Essa é a condição fundamental do processo de restauração capitalista e de constituição de uma República burguesa.

Sobre essa base, o regime não alcançou estabilidade política. As fraudes eleitorais e a corrupção desavergonhada marcam a caricatura da República. A restauração capitalista se traduziu imediatamente em crise estrutural. A Ucrânia passou a ser mais um país semicolonial devedor - um vassalo dos credores internacionais e do FMI.

Agora, em 21 de novembro, o governo da Ucrânia decidiu não assinar um acordo de integração com a União Europeia. Os seus defensores convocaram uma manifestação em Kiev. Foi o início do mais radical confronto entre a fração pró-russa e a pró-europeia. A Praça da Independência foi rebatizada por Praça Europa (Euromaidan). Trincheira de resistência da oposição.

Fracassaram as tentativas de um acordo. A Rússia não admite que a Ucrânia saia de sua área de influência. Não há unanimidade entre a população. A disposição de setores da oposição é a de enfrentar uma conflagração armada. Contam com apoio dos Estados Unidos e de governos europeus. O problema está em até que ponto o imperialismo se dispõe a se confrontar com a Rússia.

A via da solução pacífica, no entanto, se encerrou com quase uma centena de mortos (incluindo policiais). É difícil reatar as negociações

Ucrânia

O proletariado deve se emancipar das posições pró-imperialistas e nacionalistas para dirigir a maioria oprimida sob a estratégia da constituição de um governo operário e camponês

Depois de uma trégua forçada de 24 horas, durante as quais a oposição e o governo pretenderam aproximar posições para parar com os massacres, na quinta passada, 20 de fevereiro, uma nova manifestação opositora acabou mais uma vez em massacre. Os mortos ultrapassam 100 e foram executados por armas de guerra.

O governo ameaçou que as forças armadas poderiam agir imediatamente para “*esmagar a subversão guerrilheira e terrorista*” da oposição. Por sua vez, esta acusou o governo de provocar o massacre de civis e deu um passo definitivo no caminho de levar as manifestações ao enfrentamento armado direto entre as frações pró-burguesas. As frações capitalistas restauracionistas, pró-imperialista e nacionalista, estão em luta para submeter o país a uma ou a outra das potências que disputam seus territórios por cima de suas fronteiras.

A posse de armas e as táticas militares empregadas por um setor da oposição demonstram que esta conta com a assistência e ajuda das forças repressivas, e de frações políticas financiadas e treinadas pelo imperialismo. É este setor que decidiu enfrentar o governo e é formado, provavelmente, por militares e policiais (reformados ou ativos). Mas também por agrupamentos nacionalistas, pró-imperialistas e fascistas, com fortes laços e centralizadas pela extrema direita europeia. São estas heterogêneas e contraditórias forças das quais se servem hoje as potências imperialistas europeias e norte-americanas para intervir na crise. A base social do movimento opositor se assenta sobre a região ocidental do país, que tem em sua experiência histórica uma brutal opressão nacional, étnica e religiosa das regiões de maioria russa.

O governo se baseia na região oriental do país, que concentra as forças produtivas internas e uma maioria nacional de origem russa; além de contar como principal força de choque com a polícia e seus grupos especiais. A intervenção das Forças Armadas depende, em última instância, do grau de coesão e centralização que o governo consiga impor a seus comandados e tropas. O problema é que não existem dados precisos de que isto hoje seja possível. As FFAA estão submetidas às pressões e à luta política que se dá no seio das classes e das camadas sociais do país; isto é, das frações burguesas pró-imperialista e nacionalista. É provável que a intervenção repressiva do exército não seja ainda segura e isso impede ao

com os pés calcados em sangue. O imperialismo pressionará para que se antecipem as eleições e para que o governo de Viktor Yanukovich seja afastado.

Os explorados se arrastam por trás dos pró-imperialistas e dos nacionalistas pró-Rússia. Nenhuma das vias garantirá a autodeterminação da Ucrânia. A ausência de um partido revolucionário impossibilita estabelecer a unidade da maioria oprimida pela constituição de um governo operário e camponês.

O proletariado mundial deve rechaçar qualquer intervenção do imperialismo. Deve se colocar pelo fim dos massacres, pela total independência da Ucrânia diante do imperialismo norte-americano e europeu e do domínio russo, pela derrubada do governo incapaz de garantir a autodeterminação do País e por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.

Por uma política do proletariado independente do imperialismo europeu, norte-americano e russo!

Pela autodeterminação da nação oprimida ucraniana!

Por uma Ucrânia unida, antiimperialista e anticapitalista, sob um governo operário e camponês!

governo transformar sua ameaça em uma aberta declaração de guerra. A isso se soma a erosão operada pela crise entre as massas exploradas do país e a possibilidade de que a guerra leve a uma mobilização nacional, ainda mais radicalizada contra o governo.

Os últimos acontecimentos revelaram mais nitidamente as forças sociais das quais se serviram as potências para submeter e oprimir uma Ucrânia balcanizada. O que significaria um brutal retrocesso histórico ao arrastar a região dos Bálcãs novamente às guerras civis, às lutas separatistas, ao desmembramento territorial e à multiplicação de suas fronteiras. O que serviria como novas bases de manobras diplomáticas e militares das potências diante do esgotamento da redivisão da região entre o imperialismo e a burocracia estatal russa que resultou da restauração capitalista.

Passando da luta política ao choque militar, a crise na Ucrânia espelha assim as tendências bélicas que empurram as potências a violentos choques mundiais. As manifestações de massa, os bloqueios de ruas, as greves e a ocupação de edifícios cederam assim seu lugar ao enfrentamento armado. São tão poderosas as forças desintegradoras da crise capitalista e a guerra comercial desatada entre as potências pela divisão dos territórios nacionais das semicolônias, que a disputa comercial precede e em um curto período de tempo se transforma necessariamente em intervencionismo.

Bósnia e Ossétia do Sul: um espelho histórico em que se reflete a crise ucraniana

As intervenções militares da ONU, na Bósnia, e da Rússia, na Ossétia do Sul, expressaram o intervencionismo das potências para manter sob sua órbita as ex-repúblicas socialistas. A Rússia interveio militarmente na Ossétia do Sul porque estava impedida - e ainda está - de por à sua disposição uma fachada diplomática como a da ONU. Foi desse modo que na Bósnia os Estados Unidos conseguiram travestir sua intervenção sob a forma de uma missão humanitária para acabar com a guerra civil.

Com a destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, as forças restauracionistas capitalistas - internas e externas - fizeram ir pelos ares as contradições econômicas, sociais e nacionais que sobreviviam esmagadas pelo punho de ferro da burocracia estalinista russa. A

contrarrevolução imperialista mundial teve em suas diferentes facções internas uma via para sua consolidação. Com o triunfo da restauração, se manifestaram as antigas chagas que pareciam já superadas: o desemprego crônico, a superexploração operária, o saque imperialista e a opressão sobre as minorias nacionais. As frações políticas burocráticas que resultaram do estilhaçamento do estalinismo recrudesceram a opressão física sobre as minorias com o objetivo de evitar movimentos separatistas que atentassem contra seus interesses de parasitar as propriedades reprivatizadas.

A opressão nacional exercida na Bósnia (região que se separou da Iugoslávia na década de 90) desembocou em massacres de civis. As minorias massacradas responderam com a guerra civil. Foi sobre essas condições históricas que interveio o imperialismo. Em última instância, a intervenção imperialista serviu para cercar ainda mais a burocracia estatal que sobreviveu no poder na Rússia e que atuava como um freio aos vorazes apetites capitalistas sobre suas gigantescas forças produtivas.

Na Ossétia do Sul (ex-província georgiana que reclamou sua independência nos anos 90), a intervenção do imperialismo tomou uma forma diferente. Recordemos que se trata de uma região do Cáucaso, estratégica por sua ligação geográfica entre Ásia e Europa. Através dela passa grande parte do fluxo de petróleo e gás provenientes da Ásia para a Europa e os portos do Mar Negro. A Geórgia, depois da restauração capitalista, se converteu em um protetorado norte-americano que lhe permitia criar uma “zona de exclusão” às pretensões expansionistas russas sobre as ex-repúblicas socialistas, e constituía além disso uma base para o intervencionismo bélico no Oriente Médio.

A Rússia se apoiou nas pretensões separatistas da Ossétia do Sul perante a Geórgia para restringir o avanço imperialista sobre suas fronteiras e os enormes recursos naturais do Cáucaso. Com uma população de maioria russa e dividida entre Geórgia e Rússia (Sul e Norte), a Ossétia do Sul iniciou uma luta pela independência em 1989. Como resultado da breve guerra entre ambos países, foi firmado em 1992 um acordo de paz. Mas quando, sob o governo de Kokaity, a Ossétia do Sul manifestou sua intenção de unir-se à Rússia, o conflito se reavivou. O imperialismo ofereceu para a Geórgia entrar na OTAN, o que criava uma máscara legal para intervir militarmente. No entanto, teve finalmente de retroceder quando a UE cedeu às pressões russas que ameaçavam cortar os suprimentos de gás para a Europa.

A Rússia aprofundou o movimento separatista, que alcançou a vitória em março de 2008. A Geórgia, respondeu invadindo a Ossétia do Sul para impedir assim sua união com a Federação Russa, que contrariava os interesses do imperialismo. Por trás do governo georgiano, estavam os Estados Unidos.

A Rússia demonstrou disposição em combater quando destruiu, em uma operação militar relâmpago, as posições militares georgianas, obrigando transitoriamente o imperialismo a retroceder. Este temeu desencadear um conflito armado com a Rússia e desviar parte vital de suas forças armadas que atuavam no Iraque e Afeganistão. Não estavam ainda maduras as condições históricas para uma guerra entre as potências. Foram as condições econômicas de crescimento dos negócios capitalistas e de uma gigantesca massa de mais-valia que inundava os cofres dos monopólios como resultado da restauração capitalista que abortaram essas prematuras tendências bélicas.

O proletariado enfrenta uma época de crise, revoluções e contrarrevoluções

A Ucrânia atravessa uma etapa de desintegração econômica, social e política nacional, impossibilita de desenvolver autonomamente suas forças produtivas, condicionadas pelas portentosas forças econômicas mundiais. Por cima de suas fronteiras, as potências lutam por consolidar

sólidos pontos de apoio para manter e ampliar suas posições na região. A instável situação política mundial impede que se consolidem as vias de sua resolução de forma pacífica e de acordo com as vias institucionais da democracia burguesa. Sua balcanização seria então uma questão de tempo.

Salvando as distâncias históricas e as particularidades nacionais, a Ucrânia pode então refletir as duas experiências históricas que já citamos. Os traços mais gerais dos métodos e táticas intervencionistas das potências se expressam na Ucrânia com esse mesmo conteúdo histórico. Pelo que a crise política prenuncia, no caso de uma guerra civil, os movimentos separatistas e integracionistas expressarão a forma concreta que adquirirão os interesses russos e imperialistas nos confrontos. Só que desta vez se desenvolverão sobre o barril de pólvora de uma crise capitalista mundial que leva em seu ventre as tendências de um enfrentamento bélico entre as potências.

O problema está em que o proletariado ucraniano e mundial não intervém na crise com uma política própria e independente. O governo de Yanukovich e a oposição pró-imperialista são os campos extremos em que se dividiram as forças restauracionistas do capitalismo mundial. Não existe nenhuma solução favorável ao proletariado se este se submeter a alguma dessas frações burguesas. Pelo contrário, deve constituir-se em classe independente e apresentar seu próprio programa e métodos de luta para transformar a crise revolucionária ucraniana em favor do socialismo. A autodeterminação e a ruptura de toda forma de opressão nacional e de classe passa por organizar a vanguarda proletária e popular do país, que se educa na luta de classes e que não se subordina às posições pró-imperialistas ou nacionalistas, sob as táticas e os métodos internacionalistas do bolchevismo. O programa capaz de libertar a maioria oprimida ucraniana das direções burguesas, pró-imperialistas ou nacionalistas, e superar a sua divisão é a da constituição de um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado e que retome a transição para o socialismo, interrompida pelo processo de restauração capitalista.

Viktor Yanukovich deposto

No momento de fechamento desta edição, o parlamento ucraniano depôs o presidente e convocou eleições para maio. Depois de uma centena de mortos, das ameaças dos Estados Unidos e da continuidade das manifestações da Praça da Independência, a oposição e o governo tinham estabelecido um acordo. Participaram dele os ministros das Relações Exteriores da Alemanha, França e Polônia e representantes russos. Como se vê, a Ucrânia está sob a intervenção política das partes interessadas. No fundamental, as potências europeias e os Estados Unidos querem anexar o País. A Rússia, por sua vez, não quer perdê-lo. Se tudo der certo, será feita uma reforma constitucional, que restabelece o poder do Parlamento de nomear o 1º Ministro e seu gabinete. O governo Yanukovich, que modificou a Constituição de 2004 para impor uma maior centralização do Estado, acabou derrotado.

Fez parte do acordo, a libertação da poderosa empresária Yulia Tymoshenko, pertencente ao Partido União Ucraniana pela Pátria, de direita. Yulia se destacou na chamada “Revolução Laranja”, em 2004. Estava presa sob a acusação de ter assinado um contrato fraudulento com a Gazprom russa. E a destituição do ministro do Interior, considerado responsável pela sangrenta repressão.

A queda do presidente Yanukovich se deu pouco após o acordo e a debandada de setores da polícia para o lado dos manifestantes. Sua fraqueza diante da oposição mobilizada nas ruas e pronta para receber maior apoio do imperialismo chegou ao limite. Também é uma derrota de Vladimir Putin.

Seja qual for o resultado do acordo e destituição, os problemas fundamentais da Ucrânia permanecem.

Realizado o XII Congresso do POR da Argentina

A pauta contou com um informe sobre a situação internacional e nacional, com um documento sobre o nacionalismo e com um balanço de atividades. Durante os dias 15 e 16, os delegados discutiram concentrados e disciplinados a linha política para o próximo período, as respostas organizativas para avançar o funcionamento partidário, novos passos no sentido da elaboração do programa e os estatutos.

O XII Congresso se destacou pela sua preparação. Os boletins internos demonstraram o amadurecimento da compreensão sobre os documentos e os estatutos. As intervenções objetivamente concentradas em formulações concretas e a clara exposição de pontos divergentes reforçaram a importância da preparação do partido para o Congresso. Assim, as votações expressaram definições conscientes. Observou-se a concordância com a linha geral e com os fundamentos programáticos que guiam a intervenção do partido na luta de classes.

O partido marxista-leninista-trotskista é regido pelo centralismo democrático e pelo princípio da elaboração coletiva. O XII Congresso pôde expressá-los. O que indica que o POR vem se desenvolvendo de acordo com a concepção marxista do partido. Isso o distingue completamente das inúmeras variantes de esquerda que povoam a Argentina.

Este presente o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQI). É preciso ressaltar esse fato. O II Congresso do CERQI reafirmou o objetivo estratégico de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista. O Programa de Transição da IV Internacional está em sua base. Esta é a razão pela qual o CERQI se caracteriza como seu embrião. As suas seções devem se construir como um só partido centralista democrático. Não há contradição com a necessidade de expressar, responder e se conformar de acordo com as particularidades nacionais que as transformações revolucionárias exigem.

Essa compreensão foi ressaltada pelo camarada Ramón logo na abertura do Congresso. O mesmo ocorreu no Congresso do POR do Brasil em janeiro. E também no Congresso do POR da Bolívia. Todos os problemas fundamentais de uma seção são de ordem internacional. Os representantes do CERQI estão na condição de delegado. A entrega dos documentos com antecedência mostrou que sedimentamos o funcionamento centralista democrático do trabalho internacional. Sobre essa base, o delegado do CERQI pôde participar com segurança das discussões, expressar a elaboração coletiva e disciplinar-se às discussões determinadas pela seção argentina.

Passamos à essência dos documentos e das discussões.

A discussão sobre a situação internacional ocorreu fundamentada na resolução do Comitê de Enlace (“Teses sobre a situação internacional”), aprovada no seu II Congresso. As discussões convergiram para a avaliação de que a crise mundial continua sua marcha de destruição de forças produtivas, de que a luta de classes tende a se agravar e o problema fundamental está na tarefa de superar a crise de direção. Levantou-se a discussão sobre a passagem que diz que a “Europa, berço do pensamento marxista, foi a mais golpeada pela desintegração da União Soviética, no entanto, continua sendo o terreno por onde se consolidará a revolução socialista mundial”. A formulação se baseia nas condições históricas e econômicas sobre as quais a III Internacional (da época de Lênin e Trotsky) concebeu a tarefa estratégica dos Estados Unidos Socialistas da Europa e nas condições atuais de desintegração da Europa Ocidental e fracasso de mais uma tentativa de consolidar a união burguesa.

Sobre a situação nacional, o Congresso discutiu o agravamento da crise política como um reflexo da desintegração econômica da Argentina e a tendência de polarização da luta de classes. O País já não pode assegurar altos índices de crescimento. A retração econômica se tornou inevitável. Argentina não poderia ficar à margem da crise mundial de superprodução e de parasitismo financeiro. Estão em plena marcha os desequilíbrios dos

fatores econômicos. O governo de Cristina Kirchner está diante de profundas divisões interburguesas e da crescente desconfiança das massas de que não encontrará solução para voltar à estabilidade anterior. Um dos pontos centrais discutido foi a alta inflacionária – superior a 25% ao ano. Os salários estão sendo dilapidados. Os assalariados estão sendo empurrados para uma situação de pobreza e miséria politicamente insustentável. Ou vão responder com luta, ou vão assumir o avanço da barbárie. O POR se apoia na necessidade dos explorados se levantarem em defesa de suas vidas. Esse é o ponto de partida para desenvolver as bandeiras do Programa de Transição e impulsionar os métodos revolucionários do proletariado.

Outros aspectos mereceram a atenção do Congresso, como o da tática para combater a burocracia sindical e para intervir nas eleições. A resolução analisa a importância da ruptura entre as forças que apoiavam o kirchnerismo no plano sindical. A luta contra o divisionismo e fragmentação das organizações sindicais vindos da ação governamental ou da ação das frações burocráticas é decisiva para a conquista da democracia operária e da independência do movimento operário diante da burguesia, de seu Estado. O Congresso evidenciou a necessidade de aplicar uma linha precisa para separar o proletariado de suas direções burocráticas pró-patronais. A defesa da unidade organizativa da classe operária sobre o terreno da independência política e da luta de classes é fundamental no próximo período.

Quanto às eleições, o Congresso avaliou como correta a posição do POR em não apoiar a Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FET). A sua reedição nas eleições para o legislativo confirmou o seu curso oportunista. O eleitoralismo de esquerda reforça as ilusões democráticas das massas na democracia burguesa. Além disso, o frentismo pequeno-burguês tem servido para PO e PTS desenvolvem sua política de constituição de um Partido dos Trabalhadores. Por meio de tal instrumento, se pode diluir ainda mais o que resta de herança marxista destas organizações centristas. O POR deve se potenciar no seio do proletariado com o programa da revolução para poder melhor utilizar a luta no plano das eleições e do parlamento da burguesia. A experiência demonstra que a FET, embora possa aumentar o seu número de votantes, não servirá à organização dos explorados em defesa de suas condições mais elementares e à sua luta revolucionária pela destruição do capitalismo.

O Congresso debateu o significado do retorno da crise da dívida interna da Argentina. Trata-se de um traço fundamental da condição semicolonial do País. As reivindicações mais elementares das massas esbarram nos interesses do capital imperialista. O governo de Cristina se mostra impotente diante das exigências dos credores internacionais e das multinacionais. Trata-se da expressão política da impotência da burguesia nacional. O proletariado por meio do partido revolucionário travará o combate ao domínio do capital financeiro e monopolista. É a classe que poderá unir a maioria nacional oprimida em uma frente única anti-imperialista. A resolução conclui: **“Para cumprir esse papel imprescindível deve construir, cedo ou tarde, seu partido revolucionário, seu estado maior, que expresse a estratégia da revolução e ditadura do proletariado, que hoje se expressa no POR.”**

O Congresso aprovou o novo Estatuto, incluindo em seu funcionamento centralista democrático o cargo de secretário geral e a comissão de controle. É parte da concepção leninista do partido a função do secretário geral, eleito no Congresso e que deve responder pelo partido sempre que o Comitê Central não possa fazê-lo. A Comissão de Controle serve no caso de se apurar alguma acusação de irregularidade contra CC. Eis por que é eleita no Congresso e só a essa instância responde. Discutiu-se, portanto, os vários aspectos do funcionamento centralista democrático do partido. Como se vê, corresponde a uma concepção de partido revolucionário.

O Congresso concluiu com uma saudação do Comitê de Enlace e um viva à construção do Partido Operário Revolucionário.